



Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1983
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Artagão Mattos Leão.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Frutado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gernote Kirinus, Basílio Zanusso, Donato Gulín, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gabriel Sampaio, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Quielise Crisóstomo, Tuguio Setogutte (15) e, em licença, o Senhor Deputado Wilson Fortes.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

Ofício:

Sob o nº 224/83, do Senhor JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL - Presidente da Câmara Municipal de Cambé, comunicando a aprovação do Requerimento do Vereador JOÃO APARECIDO SGOBERO, o qual solicita urgentes providências no sentido de instituir normas ou leis que proíbam propaganda de cigarros em meios de comunicação de massa, como Revistas, Rádio e Televisão, uma vez que é de todos sabido, os danos que o cigarro causa à saúde, além de induzir os jovens ao uso de drogas. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro do jovem OSNI CHAVES DE CORDOVA, ocorrido no dia 3 p.p., vítima de lamentável acidente de motocicleta.

O extinto contava com apenas 22 anos, era solteiro, funcionário público federal, da Empresa Brasileira de Correios e

Telégrafos, filho de tradicional família de Mandirituba, onde residia, e por esse motivo, deixou largo círculo de amizades sinceras, que hoje pranteiam sua morte.

O subscrevente associando-se aos seus familiares na dor da irreparável perda, requer seja dado conhecimento do teor do presente à família enlutada, na pessoa do pai do falecido Senhor Lauro Cordova de Lins.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) FUAD NACLI

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informação à Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação e ao Dr. Erasmo Garanhão, Secretário de Estado das Finanças, sobre a permissão de uso por parte do 4º Núcleo de Ensino de Londrina, de um prédio localizado na Rua Maringá.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1982, o Governo Estadual adquiriu um prédio, localizado à Rua Maringá, em Londrina, transferindo o direito de uso à Secretaria de Estado da Educação, a qual destinou o local, com fim específico, ao 4º Núcleo de Ensino e à 18ª Inspeção Regional de Ensino.

A medida foi tomada após longo estudo e o propósito básico foi dotar o órgão de instalações adequadas e funcionais.

Ocorre que foi feito um acordo entre as Secretarias de Educação e Finanças no sentido de instalar no prédio da Rua Maringá, a sede da Delegacia da Receita Estadual; por conseguinte, o 4º Núcleo seria transferido para as atuais instalações da Receita Estadual na Rua Pará.

O acordo não foi bem aceito pelas professoras, que já adequaram o local para o perfeito desenvolvimento de suas atividades.

Diante do exposto, vimos solicitar às referidas secretarias que revejam o acordo no sentido de atender o apelo das professoras.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Romaniuk, ocorrido hoje em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora ERLINDA GASPARIM, de tradicional família paranaense, ocorrido nesta Capital, no dia 06.06.83.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Lúcio de Oliveira Lara, ex-servidor da COPEL, ocorrido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER a inserção na ata da sessão de hoje de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ramim Silveira, ocorrido na cidade de Castro, no dia 15 de maio último, dando-se ciência dos termos deste aos familiares do extinto.

Antônio Ramim Silveira nasceu na Lapa, no dia 13 de junho de 1920, Era filho de Francisco e Rosa Silveira.

Passou a residir na cidade de Castro no ano de 1943. Era casado com a Senhora Floriza Gomes Silveira. Deixou uma filha, a professora Rosi Bernadete Ribeiro, casada com o Dr. José Hilton Prata Ribeiro, e dois netos.

Antônio Ramim Silveira foi eleito Vereador, em Castro, pela primeira vez em 1964, sendo que no dia 15 de novembro de 1982, foi reeleito, pelo PMDB. Cumpriu, assim, mais de 18 anos as funções de Vereador castrense.

Era farmacêutico e pecuarista, tendo exercido a Presidência do Sindicato Rural de Castro, desde a fundação do mesmo, no ano de 1967, até a data de sua morte.

A morte o apanhou quando desempenha, pela terceira vez, o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Castro.

Era, ainda, Vice-Presidente do Diretório Municipal do PMDB, e membro da atual Diretoria da Federação da Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que o mesmo solicite à COPEL, a aceleração nos trabalhos que estão sendo executados pela Companhia, no Bairro do Alecrim, no Município de Salto do Itararé.

Estes serviços dizem respeito à iluminação pública do Município, a qual é bastante precária, e de grande necessidade, pois no mencionado local existem vários consumidores e também o funcionamento de uma Escola no período noturno.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma solicite à FUNDEPAR, a construção de um conjunto de sanitários na Escola Gabriel Bertoni - Ensino de Primeiro Grau, do Complexo Escolar José Eugênio de Carvalho, no Município de Salto do Itararé.

Esta solicitação se faz necessária, devido ao fato de que a mencionada escola sofreu ampliação de quatro (04) salas de aula e o conjunto de sanitários existente não oferece condições de uso por parte dos alunos.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, através da Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, para a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando seja dado o nome de PEDRO FÁVARO CAVALIN, à escola a ser inaugurada no conjunto habitacional da cidade da Lapa.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação deste Poder, dirigida ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, no sentido de sensibilizar aquela autoridade para que faça instalar, junto ao prédio desta Assembléia, uma unidade volante ou fixa do DETEPAR — Departamento de Trabalho, notadamente a que compreenda a Bolsa de Empregos e de trabalhos domésticos, vez que, todos os Deputados, são diariamente assediados por pessoas desempregadas que buscam, na Casa do Povo, a solução para seu ingente problema, não vendo solucionada a sua pretensão, por absoluta impossibilidade do meio utilizado.

Assim, com a instalação de um órgão especializado no trato da questão, além do atendimento adequado a tantos quantos procuram as soluções para o seu desemprego, muito provavelmente contribuiremos, em conjunto, para a minimização ou mesmo a erradicação deste flagelo.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado com a máxima urgência ao Ex^{mo} Sr. Governador do Estado para que, através dos órgãos competentes, determine o envio imediato de quota de alimentos à Prefeitura do Município de Bom Sucesso, no Norte do Estado, pois que centenas de trabalhadores rurais volantes e famintos já não mais resistem à fome decretada pelas chuvas que lhes inviabilizam o trabalho e... a "remuneração".

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado com a máxima urgência ao Ex^{mo} Sr. Governador José Richa, em atendimento aos reclamos da comunidade de Bom Sucesso, Município do Vale do Itaipó, através da Prefeitura e Presidência da Câmara Municipal local, que apelam por providências do Governo do Estado em nome de 500 trabalhadores rurais volantes que, torturados pela fome, já acenam com a perspectiva de invasão de armazéns, mercearias ou supermercados, em busca extrema de alimento para si e seus familiares.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Bom Sucesso é hoje um dos municípios paranaenses em que, à mercê de revitalização do latifúndio, conta com um dos maiores índices proporcionais de população constituída por trabalhadores volantes ou bóias-frias. À margem da lei, os bóias-frias simplesmente não percebem quaisquer salários durante os períodos de chuva, pois não possuem qualquer

vínculo empregatício com quem quer que seja. Veio a chuva, prolongou-se, promete ficar por mais tempo ainda, e os bóias-frias de Bom Sucesso estão passando tanta fome, que os saques ao comércio alimentício só não se iniciaram ontem naquela cidade, porque voluntários providenciaram 1.000 (mil) quilos de alimentos e fizeram da Prefeitura uma grande cozinha em que foram distribuídos improvisados almoços para a multidão faminta. A situação é dramática e socorros devem ser prestados a Bom Sucesso, antes que piores conseqüências possam advir.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, apelando no sentido de ser doada uma Ambulância ao Município de Ipiranga.

Fazemos esta solicitação, por tratar-se de uma grande necessidade, e apelamos para o rápido atendimento deste pedido, pois o mesmo proporcionará à população maior rapidez no atendimento médico.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Secretários da Agricultura e Indústria e Comércio, solicitação de proibição de venda de erva-mate verde (in natura) do Paraná para outros Estados da Federação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

O setor ervateiro do Paraná encontra-se em situação difícil. Nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os cortes de erva-mate são, na sua grande maioria, altamente controlados pelos produtores que praticam um manejo adequado dos ervais. Tendo em vista que esta prática não é observada no Estado do Paraná, industriais de outros Estados, vêm promovendo compras indiscriminadas, gerando cortes ilimitados, caracterizando uma atividade puramente extrativa e de esgotamento de nossas reservas, além de criar uma situação insustentável aos ervateiros paranaenses que ficando com sua capacidade industrial ociosa, aprofunda o desemprego e sangra recursos paranaenses.

PERDA DE ICM: a saída da erva-mate é estimada em um milhão e duzentas mil toneladas. A pauta da erva verde é de quatrocentos cruzeiros a arroba. Cada arroba gera em ICM, quarenta e quatro cruzeiros.

A erva industrializada tem valor de três mil cruzeiros a arroba. Cada arroba de erva industrializada gera trezentos e trinta cruzeiros em ICM. Descontando a quebra da industrialização em 2,5 para um, o Paraná está perdendo em ICM por ano, através dessa prática, duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros.

Cumpramos ressaltar ainda que a saída de erva-mate beneficia indústrias de fora, gerando problemas econômicos e sociais para os municípios paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, verificando da possibilidade da instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, na sede do Distrito de Ventania,

Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Educação, para que solicite da FUNDEPAR a ampliação das instalações físicas da Escola Estadual "Telêmaco Borba", Ensino de Primeiro Grau, no Município de Tibagi.

Tal solicitação se faz tendo em vista que as atuais dependências da referida escola, não mais comportam com a devida eficiência ao grande número de alunos que nela estudam.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., com a finalidade de o Governo do Estado autorizar ao BANESTADO a criação de uma linha de crédito especial, destinado aos estabelecimentos comerciais e industriais, atingidos pelas fortes chuvas que assolam nosso Estado.

Tal solicitação prende-se ao fato de estarem a maioria dos proprietários destes estabelecimentos com suas atividades totalmente paralisadas ocasionando-lhes sérios prejuízos e, sendo o BANESTADO o organismo financeiro mais adequado para prestar este socorro a estes pequenos empresários, é que fazemos a presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial no sentido de liberação de verbas para a recuperação da cancha de esportes da sede do Município de Iretama, bem como para aquisição de materiais esportivos para a cancha da sede e dos Distritos de Marilu e Água Fria, naquele município.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do ilustre Prefeito Municipal, Sr. Humberto Gomes Martins, tal medida justifica-se pelo que abaixo se expõem:

- a) o Município de Iretama conta com três canchas de esportes polivante, sendo uma na sede do município, outra no povoado de Marilu e outra no povoado de Água Fria;
- b) a manutenção de tais canchas está se tornando inviável, das dificuldades financeiras daquele município;
- c) os materiais esportivos usados para as aulas de educação física, estão em precárias condições em todas as canchas supracitadas, o que dificulta aos professores a realização das aulas;
- d) as canchas localizadas nos povoados de Marilu e Água Fria, são bastante freqüentadas, principalmente por estudantes pois naqueles povoados existe curso de primeiro grau, até a oitava série com grande afluxo de alunos;
- e) a cancha de esportes localizada na sede do município necessita de reparos urgentes, pois vem apresentando diversos

defeitos, sendo imprescindível a sua recuperação, sob pena de ficar inativa e sem condições da prática de esportes, por parte da população.

Pelos motivos expostos achamos ser uma necessidade urgente o atendimento a este nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, solicitando que seja instalada uma agência do Instituto em Terra Boa, em virtude da necessidade de atendimento a grande número de segurados daquele município, que recebem atendimento em outras localidades.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fulcrado nos dispositivos legais que regem esta Casa Legislativa, propõe ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado do Paraná a criação de um grupo de trabalho para promover estudos relativos ao Projeto de Reflorestamento das margens das rodovias estaduais, formado por representantes da Secretaria da Agricultura, do Instituto de Terras e Cartografia, Secretaria de Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem, Secretaria de Justiça, Secretaria do Interior e COPEL.

Da decisão, comunique-se os interessados.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Existe no Paraná, um somatório de pequenos problemas cuja solução individualizada além de onerosa e demorada nem sempre alcança objetivos necessários.

Em nosso Estado, temos um mau aproveitamento das terras que margeiam as nossas rodovias. Temos o ITC gerando mudas, dividindo e classificando terras, titulando na medida do possível. Temos os nossos presos, já com direitos adquiridos de pagarem seus crimes de forma diferenciada do enclausuramento mas que lá continuam por não haver uma oportunidade de trabalho no mercado livre, como bem atesta o Projeto THEMIS.

Com a formação de um grupo de trabalho, podemos contar com as experiências da Secretaria da Agricultura e do ITC, na formação de mudas e sementes, na escolha das áreas mais profícuas para a implantação de um reflorestamento. A Secretaria de Transporte, via DER, fornecendo às margens das rodovias estaduais para implantação do reflorestamento. A COPEL, coordenando, executando e fiscalizando o projeto, pois a finalidade do mesmo, entre outras, é a produção de postes de madeira, para a expansão da eletrificação rural a custo baixo. E, finalmente, a Secretaria da Justiça, através das penitenciárias, fornecendo a mão-de-obra necessária, promovendo com tal atitude, um largo passo na humanização de nosso sistema penitenciário.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o encaminhamento de apelo ao Governo Federal, através do Ex.^{mo} Sr. Ministro Mário Andreazza, do Interior, no sentido de que seja decretada situação de emergência na atividade agrícola, nos Estados assolados pelas chuvas, sustando-se, de imediato, o vencimento das dívidas existentes mediante congelamento do capital emprestado e sustando-se juros e outros encargos financeiros.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Casa, após ouvido o Plenário, solicite do Ex.^{mo} Sr. Ministro Mário Andreazza, do Interior, a decretação de SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA na atividade agrícola, e, simultaneamente, seja congelado o capital emprestado, sustando-se juros e demais encargos sobre as dívidas contraídas pela classe agropecuária, diante do flagelo das chuvas que castiga o território paranaense há mais de trinta dias.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

As incessantes chuvas que castigam há mais de trinta dias o território paranaense, vêm causando sérios prejuízos a todas as atividades agrícolas. A situação chega a ser alarmante principalmente a dos pequenos e médios produtores, endividados e sem colheita capaz de responder aos compromissos bancários assumidos. Nossa iniciativa visa resguardar os interesses da laboriosa classe, a exemplo do que já foi feito no passado quando os fatores climáticos adversos foram grandemente neutralizados por medidas imediatas e eficazes por parte do Governo Federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando que a Escola Castelo Branco — Ensino de Primeiro Grau, sediada no Distrito de Conciolândia, Município de Pérola D'Oeste, seja transformada, já para o ano letivo de 1984, em ESCOLA CATSELÔ BRANCO — Ensino de Primeiro e Segundo Graus, dando-se ciência deste requerimento ao Ex.^{mo} Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município de Pérola D'Oeste.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se observa pelo expediente que anexamos, o presente pedido representa o desejo manifesto da comunidade de Conciolândia, primeiro distrito administrativo e judiciário do Município de Pérola d'Oeste, que conta com aproximadamente seis mil habitantes.

Como o Distrito dista 12 km da sede, a maioria dos alunos que conclui o primeiro grau não têm condições para o prosseguimento dos estudos, em razão da falta de viabilidade para o deslocamento e pelo alto custo que acarretaria.

Outrossim, a escola em questão oferece condições para o funcionamento do segundo grau, eis que, das sete salas existentes, três encontram-se vagas, podendo ser aproveitadas, além de existirem os professores capacitados para as funções.

Face ao exposto e do que mais conta do documento anexo ao presente, temos certeza de que essa Secretaria tomará as necessárias providências para o atendimento desta reivindicação, que visa incrementar o progresso sócio-econômico-cultural da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação de Paraná, no sentido de solicitar a liberação de uma verba no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros para auxílio de pagamento de professores municipais que prestam serviços na rede estadual de ensino, no Município de Salto do Itararé.

Outrossim, esclarecemos que a mencionada verba será de grande valia tendo em vista que a municipalidade encontra-se sobrecarregada em encargos na área de educação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as providências necessárias no sentido de que o DER, assuma a responsabilidade da conservação da estrada que liga Pérola d'Oeste a Conciolândia - km 16, no Município de Pérola d'Oeste, encaminhando-se, ainda, cópia deste requerimento ao Ilmo Sr. Dr. OLIVO ZANELLA, DD. Diretor Geral do DER e à Câmara Municipal de Pérola d'Oeste.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga Pérola d'Oeste a Conciolândia e ao km 16, já foi de conservação do DER, visto ser a ligação natural com o Município de Pranchita. Por interesses políticos, este trajeto foi desviado e o DER abandonou a sua conservação. Justifica-se o retorno da responsabilidade ao DER, visto ser Conciolândia o Primeiro Distrito administrativo e judiciário de Pérola d'Oeste e inegavelmente o de maior produção.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado do Interior, ao Sr. Presidente da COHAPAR e Presidentes das demais Cooperativas Habitacionais, solicitando-lhes que, apesar das dificuldades maiores que advirão, exijam do BNH a aprovação de recursos para o programa de construção de casas populares em chácaras, sítios ou fazendas, pois que a viabilização de moradias populares rurais haverá de ser uma das formas de se coibir o êxodo rural.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado do Interior, ao Sr. Presidente da COHAPAR e Presidentes das demais cooperativas habitacionais paranaenses, solicitando-lhes que não meçam esforços para inaugurar no Paraná o CILCO DAS CASAS POPULARES RURAIS, fator viável de ser dinamizado, principalmente, levando-se em conta o valioso estímulo que para tanto será propiciado, através de uma das prioridades programáticas do Governo RICHÁ, qual seja a ELETRIFICAÇÃO RURAL.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além da revitalização do latifúndio, meta estimulada pelo modelo econômico vigente, que simplesmente ignora o esmagamento implacável dos pequenos proprietários que sucumbem aos golpes da estrutura capitalista que os marginaliza, os atrativos da "casa própria" na cidade em plano de pagamento de até 25 anos, têm corroborado para o esvaziamento dos campos e a excessiva concentração humana nas periferias urbanas onde se agiganta o espectro do desemprego. É preciso estancar a fuga do agricultor para um habitat que não é o seu. O lavrador é um especialista da terra e é no meio rural que ele deve permanecer. Evidentemente, o projeto de edificações populares rurais não será por si só a única ou até mesmo a melhor solução coibidora do êxodo rural, mas representará um início de inquietação com a volta do trabalhador rural ao campo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam viabilizados estudos para início da Operação "Tapa Buracos", na estrada que liga Goioerê a Cruzeiro do Oeste.

Trata-se de uma estrada ligando duas progressistas cidades, com um número de veículos bastante considerável trafegando em sua pista de rolamento. Os buracos ali existentes vêm causando transtornos e prejuízos aos motoristas, que transitam por aquela via.

Cremos que a operação "tapa buracos" da rodovia que liga Goioerê a Cruzeiro do Oeste, feita no menor tempo possível, seria uma medida que evitaria gastos maiores à essa Secretaria, em futuro próximo, com o recapeamento total da mesma.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja transcrito nos Anais deste Legislativo, o incluso artigo assinado pelo médico Sílvia F. Silva, publicado no Boletim n.º 12, da Associação Médica de Ponta Grossa.

O articulista narra a experiência inédita contida no convênio firmado entre o Instituto de Previdência do Estado e a UNIMED, cooperativa que reúne a grande maioria dos médicos que prestam serviços na cidade de Ponta Grossa.

O convênio foi antecedido por amplo debate entre as duas entidades e está destinado a tornar-se num marco histórico no campo da assistência médica com que contarão os servidores públicos estaduais, na região de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, solicita envio de expediente à Digníssima Secretária de Educação, Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, encarecendo a reforma e construção de 4 (quatro) novas salas de aula no Grupo Escolar Teofânio Agapito Maitezo, no Município de Cafelândia do Oeste.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que o antigo prédio de madeira está em total decomposição, oferecendo até mesmo perigo de vida aos alunos e professores.

Trata-se de apelo da comunidade que se manifesta através da Câmara de Vereadores local, para providências urgentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Deputado Borges da Silveira, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Federal solicitando apoio à luta desenvolvida pelos profissionais e estudantes de Farmácia e Bioquímica — em especial aos do Paraná — contra a aprovação do Projeto de Lei nº 6.717/82, de autoria do Senador José Lins - PDS, em tramitação no Congresso Nacional, com cópia para a Coordenação do Movimento em Londrina, Coordenação do Movimento em Curitiba, Coordenação do Movimento em Maringá e Coordenação do Movimento em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A preocupação com a integridade profissional e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população é a razão básica do movimento nacional de estudantes e profissionais de Farmácia e Bioquímica.

O projeto de lei do Senador José Lins protela a solução de uma crise instalada desde 1979 e que resulta dos descaminhos da atual Política Educacional brasileira. O conflito entre setores profissionais distintos quanto à definição de atribuições e mercado de trabalho é provocado pelos interesses lucrativos do ensino empresarial, do qual aliás o autor do referido projeto é um dos interessados, pessoalmente.

A realização de análises clínicas, bromatológicas e toxicológicas deve continuar sendo de responsabilidade dos farmacêuticos e bioquímicos, que conquistaram esta condição durante os longos anos de estruturação do seu campo profissional. Aos biomédicos deve corresponder o campo de trabalho que motivou sua formação no início dos anos 70: o ensino e a pesquisa nas áreas básicas de biomedicina.

A Comissão de Saúde da Câmara Federal deve não só estudar com atenção seu posicionamento, mas também indagar do porquê não se estar discutindo, neste momento, os entraves que o novo PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA CEME está enfrentando nos Gabinetes da SEPLAN, embora já esteja aprovado pelos Ministérios da Saúde e da Assistência e Previdência Social. Não será porque os profissionais de Farmácia e Bioquímica têm se constituído numa força questionadora da desnacionalização do setor de medicamentos e análises clínicas. Será que o projeto em tela não é um tipo de punição?

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 72/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação “Ação Social Nossa Senhora de Fátima”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos declarar de utilidade pública, de sede e foro na cidade de Ponta Grossa, tem suas finalidades devidamente inseridas em seu Estatuto e que são: a) Organizar e manter o funcionamento de uma creche destinada a prestar atendimento às crianças carentes de recursos, fornecendo-lhes a assistência escolar, médica e religiosa, visando a plena integração das mesmas na sociedade; b) promover assistência religiosa e social aos pais das crianças assistidas, além de cooperar com as instituições assistenciais, fornecendo amparo e educação às pessoas carentes, sem distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso.

Considerando-se que a mesma já obteve personalidade jurídica com o registro de seus Estatutos há mais de um ano, além de já ter sido declarada de utilidade pública, no âmbito municipal, é que submetemos o presente plano de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal, a sua devida aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 73/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a augusta e respeitável Loja Maçônica Lotus 1284 “O Direito Humano”, AGI, do C.A.D.U. com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) Pêricles Pacheco.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, dentro de suas finalidades estatutárias presta à coletividade curitibana, serviços assistenciais e filantrópicos e a documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das exigências legais previstas na legislação vigente em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, esperando contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 74/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete”, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei propõe que seja declarada de utilidade pública a “Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete”, associação que congrega os moradores do bairro do mesmo nome, com sede em Curitiba.

A referida entidade preenche todos os requisitos exigidos pela lei, ou seja:

- a) É uma escola civil, sem fins lucrativos;
- b) os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração;

- c) Está constituída há mais de um ano;

d) Para consecução de seus objetivos a mencionada entidade tem por finalidade trabalhar pelo melhoramento do bairro nos aspectos sociais, cultural, recreativo e esportivo;

- e) O Estatuto Social da mesma está devidamente

registrado no cartório competente.

Destarte, solicitamos dos nobres Pares o necessário apoio para ulterior deliberação por parte desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra a presença em plenário, do Sr. Domingo Laino, Líder da Oposição paraguaia.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós gostaríamos de iniciar formulando um convite aos Srs. Deputados, em nome da comissão que está investigando as causas do endividamento e do estágio falimentar ou pré-falimentar da maioria dos municípios do Paraná. Convidamos os Srs. Deputados e todos os presentes para que venham assistir ao depoimento da próxima quinta-feira, depois de amanhã, às 9 horas, quando aqui estará o Prefeito

da cidade de Londrina, Sr. Wilson Moreira.

Londrina, uma das maiores cidades do Estado, representa e não é novidade, um dos casos de grave situação econômica e quando um município do porte de Londrina queixa-se em sua estrutura a nível de situação que se aproxima bastante perto do insustentável, eu creio que merece uma análise especial, estudo especial e, por conseguinte, especial atenção por parte dos Srs. Deputados, razão de ser do convite informal que ora formulamos.

Srs. Deputados, o Paraná começa a viver as consequências do ciclo das chuvas que têm castigado o nosso Estado. É por isso que estamos endereçando apelo. Ainda há poucas horas, recebíamos um telefonema da Prefeitura de Bom Sucesso, dando-nos conta de que ontem só não existiram invasões a armazéns, mercearias, e supermercados, devido a participação direta não só do poder público daquela cidade como também de uma equipe de voluntários que se prodigalizou, que se prontificou a arrecadar alimentos para matar a fome em pelo menos dois dias de cerca de 500 bóias-frias que estão condenados à penúria porque estão à margem do processo. Não trabalham quando chove, não possuem vínculo empregatício com quem quer que seja e principalmente em municípios ladeados por grandes fazendas como é o exemplo de Bom Sucesso, os bóias-frias não têm outra alternativa a não ser apelar por todas as formas e até mesmo ameaçar com a violência como ontem estavam ameaçando no Município de Bom Sucesso, para satisfazer as suas necessidades fundamentais e no caso específico, a fome.

É por isso que nós queremos enfatizar, mais do que permanecer de braços cruzados apenas criticando. Não temos um compromisso muito sério com o homem faminto do Paraná que está sofrendo as consequências das chuvas, causando sim, grande inquietação na denúncia do Deputado Gabardo, quando afirmava que Deputados do PDS estão procurando boicotar verbas para o Paraná. Isso no momento atual chega a ser repugnante, digno de toda repulsa, porque no momento presente, mais do que qualquer interesse, o que nos interessa é ir de encontro às necessidades primárias, fundamentais de nossa gente, de nosso Paraná sacrificado que não pode assistir de forma alguma a quaisquer artimanhas tramadas em palácios, não pode por quem está aí gritando por socorro, um socorro que não vai para o Governo PMDB, mas ao PMDB, ao PDS, ao Governo Federal, à comunidade inteira que possa atendê-la porque o quadro aí está, um pequeno município, um exemplo apenas, de gente que não é marginal, de trabalhadores volantes rurais, bóias-frias, condenados por um sistema falido que é o capitalismo selvagem que tem apodrecido nossa estrutura social e econômica e que hoje aí se configura como uma lástima. Alguém que pode ser violento sim, mas violento em nome daquilo que é mais sagrado, que é o pão e o direito à alimentação de cada dia.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Presidência registra com satisfação, a presença, nesta Casa do Vereador de Pérola do Oeste, Domingos João Ribeiro.

O segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, está com a palavra.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora Deputada.

Comemorar ou lamentar, eis a questão, quando falamos em Semana do Meio Ambiente. Uma vez por ano, do dia 5 a 7 de junho, vemos espalharem-se pelas escolas, muros, coletivos, repartições públicas, teatros e os mais diversos locais, cartazes conclamando a comunidade a preservar, a cuidar e a amar o que resta de nossa paisagem, e de nossas riquezas naturais. Cartazes, palestras, discursos e denúncias

procuram envolver emocionalmente a população no sentido de levá-la a tentar devolver à natureza um pouco do brilho, da beleza, da força e dos frutos que o homem, irracional e ambicioso, não soube aproveitar. Apenas destruiu.

Vivemos hoje um impasse, no que diz respeito à luta pela proteção e preservação do meio ambiente. De um lado, as garras fortes e afiadas, ambiciosas e inconseqüentes de homens que controlam o poder econômico, às custas da destruição de nossa natureza: a especulação imobiliária, o desmate indiscriminado, o uso de agrotóxicos, o esgotamento das terras férteis, a poluição industrial. De outro, os pequenos grupos e associações, a tímida resistência, que ganha adeptos a cada dia que passa, no sentido de manter intacto o

pouco que resta, de não permitir a catástrofe da destruição total de nosso meio ambiente.

No meio dessas duas correntes, a atuação do governo, sempre dúbia, sem posição definida, ora favorecendo os grupos econômicos, ora dando ouvidos e apoio às associações de defesa do meio ambiente. E o quadro geral tende a piorar, cada vez mais. O Paraná, um Estado naturalmente rico em florestas, rios, serras, terras férteis, tem visto sua paisagem ser massacrada gradativamente, tem conhecido a pobreza trazida pelos desmatamentos, pela erosão, pela ameaça de perder a Serra do Mar. O Paraná, este ano, não poderia estar mais triste: perdeu a maravilha, a beleza de Sete Quedas, para os tecnocratas do governo, que ergueram Itaipu às custas do endividamento e empobrecimento da Nação, duplo empobrecimento.

Srs. Deputados: não vamos deixar acontecer mais um ano de destruição, para que, no ano que vem, voltemos a lamentar, durante uma semana, o que não temos feito, o que estamos deixando acontecer: o espólio de nossas riquezas naturais por falta de uma legislação, de uma estrutura capaz de conter as bocas e mãos ávidas em se apoderar daquilo que pertence a toda uma população: a sua paisagem, o seu ambiente.

Há anos ouvimos falar em combate à erosão, gravíssimo problema que atinge todo o nosso Estado, tornando estéréis e irreversíveis nossas terras. Mas o que tem sido realizado de efetivo, a não ser programas, palavras, metas e outras inutilidades de atos governamentais, brilhantes em sua retórica mas totalmente ineficientes? De nada adianta canalizar recursos e técnicos, contra um sistema de produção, contra um modelo econômico agrícola que vai continuar minando nosso solo, empobrecendo nosso homem do campo, aumentando a fome e diminuindo nossas safras.

Temos a luta descomunal de agrônomos contra o poderio das multinacionais, que espalharam por nosso País seus mortais produtos químicos, os agrotóxicos - hoje, 2.200 tipos diferentes, sendo comercializados no Estado - e que, a despeito de melhorar a produção e preservar a lavoura, tem matado direta e indiretamente, por intoxicação, milhares e milhares de pessoas. Ficamos estarrecidos ao tomarmos conhecimento de uma pesquisa realizada por conceituado laboratório, em São Paulo, onde foi constatado que até os bebês, amamentados ao seio materno, não estão livres dos venenos ingeridos por suas mães, através dos hortifrutigrangeiros.

Há anos ouvimos falar de um belo projeto, a implantação do Parque Marumbi, a fim de preservar a nossa tão espoliada Serra do Mar. Sabemos que o Paraná é um dos Estados brasileiros em pior situação em relação a parques. Mas essa antiga aspiração do povo paranaense, de

ver concretizado o seu Parque Marumbi, continua longe se tornar realidade. E enquanto não se resolvem as desapropriações, continuam os desmatamentos, a corroer a riqueza da Serra e a comprometer os Portos de Paranaguá e Antonina. O que precisamos, Srs. Deputados, é combater rigorosamente a especulação imobiliária que envolve essa região. Prova maior dessa especulação está na dupla e até tripla titulação de terras, nos reflorestamentos frios, como foi o de palmitos, o maior logro contra o contribuinte, já que através de incentivos fiscais, empresas reflorestadoras ganharam dinheiro sem nada realizar.

Agora, mais um grave problema vem se somar aos demais existentes em relação ao nosso meio ambiente: a poluição industrial, em Araucária, começa a seguir os mesmos passos letais de Cubatão, em São Paulo. Já não basta o que as indústrias têm produzido de nefastas conseqüências em nossos rios e mananciais, temos agora a ameaça de poluição incontrolável do ar. Sinal de progresso, Srs. Parlamentares?

As pessoas conscientes sabem, hoje, de que lado caminhamos para o progresso. Nós, Deputados, temos a obrigação de lutar para aumentar a corrente que quer ver o povo perfazendo o caminho do progresso, o caminho da preservação, proteção e promoção do meio ambiente. Vamos buscar então, motivos melhores para uma comemoração de data tão importante, como o 5 de junho, "Dia Mundial do Meio Ambiente". Vamos trabalhar, para que no próximo ano, nossas palavras possam ser mais doces, mais bonitas, mais confiantes, em relação às riquezas de nosso Estado e de nossa Nação. Que os cartazes do próximo ano tragam cores mais alegres, imagens mais tranquilas, menos incerteza quanto ao futuro. Vamos trabalhar juntos na educação de nossas crianças, na conscientização de nossa comunidade, na luta contra poderes e grupos econômicos que só fazem destruir. Vamos buscar nosso reequilíbrio, enquanto é tempo. Porque um pouco mais, Srs. Deputados, não haverá mais necessidade de se fazer uma Semana do Meio Ambiente. Não haverá mais ambiente para isso. Nós somos uma geração de depredadores. Nós somos uma geração depredada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias atrás fazíamos desta tribuna uma advertência em torno dos graves prejuízos que a avicultura paranaense sofreria, caso fosse suprimida a isenção do ICM, perspectiva que se desenhava a partir dos encontros preliminares entre as autoridades do Ministério da Fazenda e representantes das Secretarias Estaduais da Fazenda, e onde prevalecia a tese da suspensão dos benefícios fiscais.

Na ocasião transmitimos a esta Casa denúncia formulada pela Diretoria da Cotriguaçu, e segundo a qual o Governo do Paraná lamentavelmente posicionava-se contra os interesses dos produtores e advogava o fim da isenção.

Destacávamos na mesma oportunidade os resultados positivos que a isenção do ICM asseguram dando forte alento a um importante setor da economia paranaense. Citávamos os exemplos vitoriosos da cooperativa agrícola mista Consolata, de Coopacol, da Cafelândia do Oeste, do Frigorífico Sadia, de Dois Vizinhos, este último o maior produtor e exportador brasileiro de carne de frango e de pato para os países árabes.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos de registrar que infelizmente as advertências, os apelos e os protestos foram inteiramente inúteis, porquanto a partir de 1º de julho próximo incidirá a alíquota de oito por cento de ICM sobre a comercialização de aves. É mais um duro golpe perpetrado contra a agropecuária, já tão penalizada pelos altos custos dos insumos, pela retirada gradual do subsídio e ainda não bastassem todos esses males, pela tragédia das chuvas.

As conseqüências da nova atribuição sobre o setor avícola serão dramáticas. O amplo e importante programa de industrialização promovido pelas cooperativas do Oeste e Sudoeste, ficará irremediavelmente comprometido com redução dramática ou drástica da produção e conseqüente dispensa de empregados.

Ainda ontem recebemos, Sr. Presidente, telex da Companhia Coopacol — Cooperativa Agrícola Consolata, de Cafelândia do Oeste, dando conta do clima e da justificável apreensão que tomou conta dessa área econômica ante a decisão do Confaci em cortar a isenção do ICM. Eis o justificativo trecho da mensagem que aquela cooperativa enviou a esta Assembléia: "O resultado do atual produto cobre apenas 36,4 do custo financeiro do investimento".

E a diferença está sendo coberta com recursos de outras atividades. Percebemos então que o produtor não tem condições de arcar com qualquer outro ônus na produção, pois está à beira da falência. Outro fator importante deve ainda ser assinalado. É que as rações consumidas pelas aves já sofreram tributação do Funrural e do ICM, como é o caso do farelo de soja, do farelo de carne, do farelo de osso, ou melhor, da farinha de osso, de sangue, produzidas pelos próprios frigoríficos. E alguns dos produtos, tais como, sais minerais e vitaminas consumidas pelas aves, são importados e também sofreram tributação.

Um contrassenso deve ser notado neste episódio: é que, por um lado, o governo fez apelo em favor de maior produção para atingir-se maior exportação, conseguir-se mais divisa e equilibrar-se a balança deficitária de pagamento. Os avicultores prontamente atenderam a conclamação do governo e partiram para maiores investimentos e modernizaram suas instalações dentro das exigências dos países importadores.

Há que se levar em conta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também que a carne de frango a preços mais acessíveis favorece o consumidor de menor poder aquisitivo.. circunstância altamente relevante na presente conjuntura econômica-social.

Faço pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta tribuna, o mais veemente apelo às autoridades fazendárias, no sentido de que a isenção do ICM seja restabelecida em toda a plenitude em todos os níveis, para a produção e comercialização agrícola.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Faz hoje 252 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo está preso, condenado com base na Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Venho hoje à tribuna, extremamente preocupado com a difícil situação vivenciada pelos estudantes da Universidade Católica do Paraná, a segunda maior instituição de ensino superior do nosso Estado.

Como já é do conhecimento dos Srs. Deputados, a rede particular de ensino superior, caracteriza-se pela cobrança de exorbitantes valores recolhidos a seus cofres sob todos os títulos, como matrícula, rematrícula, mensalidades, taxas para confecção de documentos, segunda chamada em provas

ou exames de recuperação e matérias em dependência.

Mas, na Universidade Católica, verificamos um fato quase que "sui generis" para os próprios padrões do ensino privado:

A Administração daquela Universidade exige o pagamento à vista para as prestações de seus serviços, os quais levará seis meses para completar a oferta.

Srs. Deputados, tudo isto vêm provocando efeitos extremamente danosos aos acadêmicos e suas famílias.

Vejam os Srs. que, apenas no ano letivo de 1982, 800 estudantes abandonaram seus cursos, incapacitados de arcarem com os seus ônus, o que significa uma taxa de evasão de dez por cento da totalidade dos estudantes da Universidade Católica do Paraná.

No concurso vestibular de 1983, a Reitoria realizou nada menos do que oito chamadas, para conseguir preencher o número de vagas ofertadas, já que o grande número dos aprovados não reuniram condições de pagar a matrícula, e de acordo com projeções realizadas por acadêmicos, a persistir a atual sistemática, em 1985 os alunos matriculados em cursos como Medicina ou Engenharia estarão pagando cerca de setecentos mil cruzeiros por semestre. Imaginem os Srs. quantas chamadas terá de fazer esta Universidade para preencher suas vagas...

E o que é mais grave, Srs. Deputados: Como o pagamento dos salários de professores e funcionários é feito mensalmente, a Universidade Católica investe o montante arrecadado nas matrículas em "Open Marketing e Over Night", enquanto orienta os estudantes a financiarem prestações no Bradesco com quatro parcelas, a juros médios de 4,5 a 5 por cento ao mês, sendo o financiamento reajustado trimestralmente em função da ORTN e, em caso de atraso no pagamento, são cobrados juros de seis por cento ao mês mais correção monetária, e como sabemos ser o salário reajustado semestralmente ocorre uma defasagem percentual na casa dos dez por cento de acordo com o INPC.

São por estes motivos, Srs. Deputados, que manifestamos nossa irrestrita solidariedade à luta desencadeada pelo Diretório Central dos Estudantes em prol do parcelamento das matrículas, retornando-se à tradicional sistemática de pagamentos mensais, única forma de impedir-se o agravamento da elevadíssima evasão dos bancos escolares e a crescente elitização do ensino superior.

É sintomático observar-se que até 1964, apenas vinte por cento da rede de ensino superior era composta por instituições privadas enquanto que, oitenta por cento era mantida pela União, quadro que hoje inverte-se totalmente, já que, a União mantém penas dezoito por cento do ensino de 3º grau.

Isto, Srs. Deputados, comprova cabalmente o descaso e a irresponsabilidade do Governo Central no trato às questões educacionais, pois, enquanto a educação é relegada a planos secundários, investe-se somas vultosas em projetos faraônicos que tantos efeitos nefastos vêm causando ao nosso povo.

A educação em geral, e o ensino de 3º Grau em particular, não podem mais continuar vítimas da eventual boa vontade do Governo Federal, nem constituir-se em mera mercadoria entregue a mãos inescrupulosas.

O que está em jogo, Srs. Deputados, é a formação de nossa juventude e o futuro da Nação, que não queremos continue eternamente dependente dos valores culturais, científicos e tecnológicos importados, enquanto campeia em nossa Pátria o analfabetismo e a juventude vê-se marginalizada do processo social, tendo vetado seu direito de acesso à cultura e à formação profissional.

Conclamo, portanto, os Srs. Deputados, e a sociedade civil, a cerrarmos fileiras aos lados dos estudantes da Universidade Católica do Paraná na luta por melhores condições de ensino e contra a progressiva elitização da educação, que toma corpo naquela tradicional instituição universitária do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos demonstrar, nesta tarde, a nossa grande preocupação decorrente das fortes chuvas que cobriram grande parte da região paranaense. E nós que representamos uma área essencialmente agrícola deste Estado, temos nossas preocupações acentuadas, por ser esta uma região estritamente cafeeira.

Segundo informações que obtivemos do Norte paranaense, trinta por cento deste produto já se encontra perdido. É por isto, Sr. Presidente, que solicitamos o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, para que compreenda esta situação difícil por que passa o cafeicultor paranaense.

Procurando viabilizar, junto ao Instituto Brasileiro do Café, certa tolerância na classificação da safra de 1983, visto que além da perda atual de trinta por cento, o restante deste produto a ser colhido, se as condições climáticas permitirem, terá uma grande queda no padrão de qualidade.

Por estas razões é que solicitamos medidas urgentes, considerando não apenas as fortes chuvas do Paraná, mas também a crise deste País. Pedimos que sejam verificadas as condições de financiamentos e custeios, e outros insumos, para que seja viabilizada uma prorrogação deste financiamento, com taxas de juros que venham corresponder aos anseios dos cafeicultores paranaenses.

É visto que os cafeicultores de nosso Estado acreditavam, através das condições climáticas do passado e pela produção estimada, que eles poderiam sair dos compromissos financeiros junto aos departamentos de crédito. Mas, lamentavelmente, entendemos num todo que dado às conseqüências climáticas, já existe um grande desespero e a grande preocupação dos cafeicultores paranaenses.

Ressaltamos ainda que esta medida solicitamos para que se dê condições ao produtor de acompanhar o mercado, sem a necessidade de vender o seu produto precipitadamente, para cumprir os compromissos com as instituições financeiras. Uma vez que já ocorreu, com os lavradores paranaenses, depois do produto não estar mais em seu poder, houve a elevação dos preços. Esperamos que fatos desta natureza não ocorram mais no Estado e nem neste País. Os mais sacrificados são os pequenos produtores, com estas medidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos medidas de emergência. Porque entendemos que conhecemos a Região cafeeira do Norte paranaense, aqueles que anteriormente possuíam os seus pequenos pedaços de terra, para o cultivo e sustentáculo da família, e dado à política econômica brasileira, veio fazer com que esses pequenos produtores, esses pequenos minifundiários vendessem as suas propriedades, se transformando hoje, em bóias-frias, conseqüência de uma política econômico-agrícola neste País. Porque nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje fatos lamentáveis chegaram ao nosso gabinete.

A informação da Prefeitura Municipal de Cianorte, aonde estão 1.500 homens, há 36 dias sem poderem ir para

o campo em busca do sustento da sua esposa e dos seus filhos. E hoje, o Prefeito, ligando e pedindo providências emergentes. E num todo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos que somar todas as forças deste Poder Legislativo, do Poder Executivo Paranaense e também do Poder Executivo em Brasília, para atender as reivindicações desses que estão oprimidos hoje, pelas dificuldades que atravessa o nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados.

Faço o registro, nesta tarde, da situação delicada em que centenas de cidadãos paranaenses e milhares de seus familiares, vêm atravessando, há dias, neste Estado.

Há mais de 10 dias, os estudantes de farmácia e bioquímica, das Faculdades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e aqui na Capital, paralisaram suas atividades de ensino, em protesto e com mobilização contra o Projeto de Lei Federal, nº 6717/82, de autoria do Senador José Luiz, do PDS do Nordeste, que conflita com toda uma história de trabalho, de dignidade profissional, da profissão dos farmacêuticos e bioquímicos.

Infelizmente agora, em 83, isso se repete, a mesma situação que em 1979, dentro do mesmo assunto, por consequência de um desvio da política educacional do Governo, que ao criar na década de 70, em seu início, um novo curso de nível superior no País, de ensino das ciências biomédicas, que originariamente se destinava à produção de profissionais ligados à pesquisa e à docência do ensino superior, das matérias do ciclo básico, das profissões de medicina; e esse desvirtuamento da origem de propósito de uma profissão, de um curso de graduação, da década de 70, conflitando na sua seqüência, com essa categoria de profissionais da farmácia e da bioquímica, resultou em 1979, num movimento grevista semelhante ao que hoje enfrentam os estudantes de todo o País.

Nesta quarta-feira, a Comissão de Saúde da Câmara Federal, deverá analisar e dar o parecer, em cima do projeto. E nós estamos, nesta tarde, apresentando à apreciação do Plenário, um requerimento, dirigindo ao Presidente da Comissão de Saúde, da Câmara Federal, Deputado Borges da Silveira, a atenção ao assunto e a solicitação de que a par da discussão do projeto em tela, a Comissão de Saúde faça um esforço para procurar envolver a discussão, o problema também atual, do novo programa de assistência farmacêutica que a CM — Central de Medicamentos, propôs e foi assinado já, pelo Ministro da Saúde, pelo Ministro da Previdência Social e que adormece nas gavetas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Talvez por ferir, como algumas reportagens da imprensa nacional vem denunciando, talvez por ferir alguns dispositivos do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Nós temos certeza de que a sensibilidade dos companheiros de Assembléia Legislativa, de ambos os partidos, aprovará essa moção dirigida à Câmara Federal, Comissão

de Saúde da Câmara Federal, solicitando urgência na tramitação do projeto do parecer da Comissão, de forma a permitir com que os estudantes de farmácia e bioquímica, do Paraná e de todo País; e os profissionais já no seu mercado de trabalho possam retornar o mais breve possível à tranquilidade das suas atividades, à tranquilidade do seu ensino, da sua formação, do seu trabalho, sem nenhum espírito de defesa corporativista de um mercado que é por direito já de conquista dos farmacêuticos e bioquímicos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Faz duzentos e cinqüenta e dois dias que Juvêncio Mazzarollo está preso, enquadrado nesta espúria Lei de Segurança Nacional.

Queríamos agradecer ao companheiro, nobre Deputado Fiori Luiz, por nos ter cedido hoje o seu horário, para que pudéssemos usar desta tribuna.

E também aqui hoje dizer, como dissemos e prometemos nesta Assembléia, de trazer no momento que tivéssemos em mãos parte da auditoria feita na Prefeitura Municipal de Toledo.

A razão da ofensa, do ataque e da mentira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A RAZÃO DA OFENSA, DO ATAQUE E DA MENTIRA

Durante muitos anos e principalmente a última campanha eleitoral, os homens que ocupavam o poder na maioria de nossos municípios e no Governo Estadual nos ofenderam.

Chamavam-nos de incompetentes, diziam que não saberíamos governar, que não adiantava votar no PMDB, pois o governo era da Arena, posteriormente que não adiantaria votar no PMDB porque o governo seria do PDS.

Acusavam-nos de comunistas.

A honra familiar de muitos companheiros foi atacada foram até o último degrau da ofensa, do ataque pessoal, da injúria e da difamação.

Tudo fizeram, tudo tentaram milhões foram gastos, jogaram tudo que podiam e não podiam para perpetuarem-se no poder, para não serem desalojados das benesses e mordomias que o poder lhes conferia.

Mancharam o pleito com os expedientes mais indignos, sórdidos e repugnantes.

Enquanto mostrávamos ao povo a situação de Caos por eles construída, esbanjavam o próprio dinheiro do povo, na tentativa de mais uma vez enganá-lo e ludibriá-lo, vestindo-se de cordeiros para encobrirem suas mentes de lobos sanguinários.

Escudados em atos de fariseus, esses sepulcros caídos tentavam incutir no povo, brincando com sua fé, dizendo, afirmando e tentando provar que éramos comunistas.

O resultado de tanta lama, de tanta sujeira e de tanta mentira de nada adiantou, pois o povo deu mostras de maturidade e de sabedoria, não deixando se iludir, dizendo um basta, chega, queremos mudar.

Apurados os votos, proclamados os eleitos pela vontade do povo, surgiu uma grande indagação: por que, qual a

razão de tanta ofensa de tanta sujeira e de tantos golpes eleitores que enegrecem qualquer campanha política?

Será que o exercício do poder traz tanta glória que justifique a prática de tantos atos imorais e antiéticos?

Será que o exercício do poder traz tão altos salários que justifique a prática de tanta imoralidade?

Não, Sr. Presidente não Srs. Deputados. Nem a glória pois, é efêmera nem o salário, pois é parco, justificam conduta tão nefasta e tão malévola.

Outra razão havia para que os homens do PDS não desejassem entregar o poder e que, segundo a ética dos mesmos justificava tantos ataques, tanta infâmia e tantos atos ilícitos e imorais.

Esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, veio à luz em minha cidade. Sim, em Toledo. E não foi necessário nenhum milagre para mostrar esta razão e em toda sua extensão.

Uma simples e desprezível auditoria contábil trouxe à tona verdadeiros descalabros administrativos, verdadeiros achques ao dinheiro do povo, verdadeiros atentados às mais simples práticas de controle.

A razão, por consequência de tanta lama jogada em nossos candidatos era a necessidade a ser conseguida a qualquer custo, de não tornar possível a descoberta da corrupção, do aproveitamento, da desonestidade e do desgoverno.

Tudo foi feito, tudo foi jogado, todos os pecados foram cometidos. Tudo para não deixar ninguém de nossos companheiros chegarem aos documentos e mostrar desvendando desnudando o escândalo da pouca vergonha, da imoralidade e da ilegalidade, para mais uma vez deixar escondida a corrupção, enfim, tudo foi feito.

E realmente Sr. Presidente, Srs. Deputados, a CORRUPÇÃO existiu.

Existiu e temos em nossas mãos documentos que podem comprová-la, nas palavras inatacáveis de uma das melhores empresas de auditoria de nosso País. Nos documentos que falam por si e não admitem qualquer controvérsia.

Vejamos, para ilustrar, o que falamos em alguns tópicos:

1. Entre o balanço do município e da única autarquia existente, apresentados pelo Prefeito do PDS, que deixou, felizmente, a Prefeitura, em 31 de janeiro próximo passado, e o balanço levantado pela auditoria foi constatada uma diferença de Cr\$... 369.677.000,00.

2. Entre o débito apresentado e o débito levantado foi constatada uma diferença de Cr\$ 468.851.641,38.

Só estes dois tópicos já demonstram, inequivocamente a má fé, o despreparo dos homens do PDS. Não sabem, sequer levantar um balanço. Omitem, simplesmente perto de 500 milhões em dívidas e até o último dia tentam enganar o povo.

3. Falaram que passariam a Prefeitura aos nossos companheiros com dinheiro em caixa e numa situação tranqüila, com efeito tentaram enganar o povo até a última hora. Deixaram, simplesmente Cr\$ 1.971.653.022,37 ou seja perto de dois bilhões de cruzeiros de dívidas das quais Cr\$ 619.540.886,95 já vencidas.

4. Mantiveram em 1982, elevados saldos em caixa. Só para termos uma idéia, no final de outubro de 1982, o saldo caixa chegou a apresentar um saldo de Cr\$ 84.879.033,26. Esta posição contrariava a situação da Prefeitura que apresentava dificuldades financeiras para pagamentos de seus compromissos. Sobre isso declarou a auditoria: "Esta situação é uma clara evidência que caracterizava a existência de outros valores em caixa não representados por moeda corrente". Ali

poderiam existir os famigerados vales, cheques sem fundos, verdadeiros empréstimos do dinheiro do povo sem pagamento de juros ou qualquer compensação. Em outras palavras, verdadeiros furtos à luz do dia.

5. A balbúrdia era tanta, era tamanha, que sequer os documentos mais elementares existiam, como por exemplo, foi constatado pagamentos de aluguel feitos ao Sr. Egon Pudell, de uma sala alugada em Curitiba, mas não foi localizado contrato de locação firmado entre as partes. Existia, sem dúvida, a perfeita integração entre a Prefeitura do PDS e o Deputado do PDS.

6. Usavam o dinheiro do povo para pagar salários de empregados de empresas particulares, tais empresas, evidentemente de propriedade dos homens do PDS. Foi constatado pagamentos feitos ao Sr. Getúlio Ubiratan C. dos Santos, empregado da Rádio União de Toledo, de propriedade, entre outros, do ex-Prefeito Duílio Genari e do ex-Deputado Egon Pudell.

7. Usaram o dinheiro do povo para pagamento de funcionários fantasmas. Foi constatado pagamentos do Sr. Rudiar Antônio Goettens que jamais prestou serviços no Colégio onde estava lotado.

8. Usava-se dos bens do povo e do dinheiro do povo para viagens à praia, de descanso. Foi constatado que o Sr. Dário Genari (irmão do ex-Prefeito) sua esposa e filhos, acompanhados de Noeli Donin Savaris (ex-Secretária de Educação e cunhada do Sr. Dário Genari) marido e filhos, acompanhados do Sr. Silvestre Comerlatto (motorista do ex-Prefeito) e esposa no dia 24/12/82 embarcaram no micro-ônibus do município e, segundo a nota de empenho, se dirigiram em viagem a Curitiba. Com efeito, na véspera de Natal existia muito serviço a cumprir em Curitiba! Só que esta viagem a Curitiba, segundo a nota de empenho, acabou realmente nas praias do Paraná e de Santa Catarina, durou até o dia 04 de janeiro, ou seja dez dias de veraneio. Voltando a Toledo, nada mais justo do que cobrar a despesa. E lá foram os humildes funcionários se ressarcirem das despesas. Apresentaram as notas de uma viagem a Curitiba, com notas de Guaratuba e Guaruva, e receberam a despesa. O procedimento é tão sórdido, tão baixo, tão medíocre, que chega a revoltar. Dois Secretários da Prefeitura, um sendo advogado, não poderiam descer tão baixo.

9. Aplicavam dinheiro do povo em campanha política para proveito próprio. Os gastos com combustíveis nos fornecem uma prova inatacável. Basta atentar o levantamento da Auditoria e verificar que do total do combustível gasto durante o ano de 1982, oitenta por cento gasto de setembro a dezembro, justamente no período eleitoral e pos-eleitoral. Mas, não é só isto que demonstra a corrupção. Existe outro fato no âmbito de gastos em combustível. No mês de janeiro de 1983, com todas as máquinas paradas, foi gasta a soma de Cr\$... 15.545.479,60 em combustível. A atual administração, com todas as máquinas trabalhando durante os meses de fevereiro, março e até 25 de abril, trabalhando praticamente dia e noite, gastou Cr\$ 15.900.000,00, ou seja, somente Cr\$ 445.000,00 a mais. Isto não dá para entender.

E continuando:

10. Não só na Prefeitura eles faziam bom uso do dinheiro do povo. No Sertão, Autarquia municipal, também. E, novamente, foi constatado o pagamento de 89.200 litros de gasolina, no dia 03 de novembro de 1982, em favor da Itapuã-Derivados de Petróleo Ltda., no valor de Cr\$ 7.500.360,00. Vejam, Srs. Deputados. Compraram 89.200 litros de gasolina num só dia. Tudo no posto de um dos candidatos a Prefeito pelo PDS. No dia 03 de novembro. Sem autorização do Presidente do Sertão,

mas sim, com autorização do Secretário de Viação e Obras Públicas que não tem poderes para tal. E, observem, o absurdo dos absurdos. O Sertapol só possui dois automóveis, Volkswagen à gasolina, isto é, com aquela gasolina, os dois Volks rodaram, exatamente, 803.610 km se considerarmos o consumo de um litro a cada nove km ou seja, foi comprado num só dia, gasolina que daria, quem sabe, para vida útil de 8 ou 10 Volkswagen.

Aí está, pois, Excelências, a justificativa da ofensa, do ataque e da mentira.

Aí está, despida, à mostra, a corrupção, a desorganização, a forma de aplicação do dinheiro do povo.

Aí está, enfim, a razão de tanto ataque, de tanta ofensa, de tanta mentira. Eles tinham que tentar, de todas as formas, ganhar as eleições. Para eles, o fato de ganhar as eleições não significava a possibilidade de contribuir para o bem comum mas, sim, a impossibilidade de outros ver, averiguar, constatar onde foi aplicado o dinheiro sagrado da população. A Justiça colocará esses abutres do poder no lugar que merecem - no banco dos réus”.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a atenção de Vossa Excelência e quero, antes de mais nada, cumprimentá-lo, pelo trabalho sério que traz a esta Casa. Porque sou como Vossa Excelência. Jamais apoiei aqueles homens públicos que extrapolam, que exorbitam de suas funções, principalmente os corruptos. Vossa Excelência traz a esta Casa, dados estarrecedores, e nós esperamos apenas que o atual Prefeito e a justiça ofereçam denúncias a esses homens públicos que abusaram da confiança do povo, e que gastaram o que não podiam gastar, e que o fizeram de maneira exagerada: 89.000 litros de gasolina, em apenas um dia, exatamente no posto de propriedade de um dos candidatos a Prefeito pelo meu partido.

Apenas, tenho um reparo a fazer: Vossa Excelência generaliza, como diversos Srs. Deputados do PMDB costumam generalizar acusações. Ainda há pouco nós ouvimos o nobre Deputado Tadeu França, indignado na tribuna, acusando Deputados do PDS, de bloquearem, de criarem obstáculos a que o Estado do Paraná receba as verbas a que tem direito, do Governo Federal.

Então, ele deve fazer como Vossa Excelência está fazendo, quer dizer, chegar e dizer: o Deputado fulano de tal está criando empecilhos para que o Paraná receba aquilo que lhe é devido.

Vossa Excelência traz um trabalho, mas pecou quando generalizou. Saiba Vossa Excelência que no meu Partido existem homens dignos; nem todos são ladrões, nem todos abusam, e, daqui a quatro anos, Vossa Excelência vai ter o desprazer de ver Deputados do nosso partido subirem à tribuna e também virem com auditorias, contra municípios que são, hoje, dirigidos por homens do PMDB.

A alma humana é fraca, mas o que não se pode é generalizar.

Eu, quando souber que existe um corrupto dentro do partido de Vossa Excelência ou na administração do Sr. Governador, irei à tribuna e direi o nome daquele corrupto. Não vou generalizar, como Vossa Excelência está fazendo. Vossa Excelência há de convir que no nosso partido existem pessoas dignas, decentes, honestas.

Veja Vossa Excelência, o ex-Governador Hosken de Novaes, que exemplo de dignidade, que exemplo ele deu às futuras gerações, equilibrando o orçamento do Estado, procurando dentro dos poucos recursos de que dispunha, entregar a seu sucessor, o Governador José Richa, um Estado administrável. Vem o próprio Secretário das Finanças do partido de Vossa Excelência, Dr. Garanhão, vem a público dizer que o Paraná é um dos cinco Estados do Brasil,

administráveis.

Então, vejam Vossas Excelências que no nosso partido há gente má, há gente regular e há gente boa. Este é um apelo que faço a Vossa Excelência: não generalize, acuse frontalmente o Prefeito de Toledo; acuse frontalmente todos os seus asseclas, todos aqueles que contribuíram para esse estado calamitoso verificado no município que Vossa Excelência tão brilhantemente representa.

Este é o apelo que faço a Vossa Excelência.

No nosso partido existem pessoas dignas, decentes, como existem também, os desonestos e os corruptos.

O SR. SABINO CAMPOS — Agradeço o aparte ao nobre

Deputado Erondy Silvério e gostaria de esclarecer que no início do nosso pronunciamento, nós falamos que íamos trazer dados referentes a uma auditoria praticada em Toledo. Queríamos esclarecer, também, ao nobre Deputado, que nosso Departamento Jurídico da Prefeitura está estudando, para encaminhar à Justiça esses casos, e a Câmara Municipal já aprovou, para que seja feita uma peritagem em todas as contas da Prefeitura, porque, essa, foi somente uma Auditoria contábil, para ver a realidade da situação da Prefeitura.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e fico torcendo para que os culpados sejam realmente punidos pela Justiça.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sabino Campos, Vossa Excelência traz, nesta tarde, um contundente pronunciamento, em que demonstra, como disse muito bem o Deputado Erondy Silvério, que tem alguns homens, no PDS, que mal versaram o dinheiro público.

Na semana passada nós fizemos uma denúncia também aqui desta tribuna, denunciando o ex-Prefeito Rubens Vieira Lopes, do PDS de Nova Cantu, de corrupção, naquela Prefeitura: só de outubro de 82 até janeiro de 83, ele conseguiu cinco notas “frias” e conseguiu tirar, dos cofres da Prefeitura, a bagatela de 5 milhões, 843 mil cruzeiros. Isto, nós confirmamos através de certidões da Secretaria das Finanças, da Junta Comercial do Paraná e também, da Secretaria da Receita Federal.

Era este o aparte que queria dar a Vossa Excelência, parabenizando-me com Vossa Excelência por este momento, em que traz acima de tudo, coragem, ao denunciar os homens que fazem do dinheiro público aquilo que não se poderia fazer, de maneira alguma, principalmente denegrindo e não beneficiando de maneira alguma, a classe política de um modo geral.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero parabenizar-me com Vossa Excelência, pelo pronunciamento, porque lembro-me que, quando se instalou nesta Casa, uma Comissão para apurar responsabilidades da má verbação do dinheiro público em muitas Prefeituras, nós fomos acusados muitas vezes, aqui, generalizando por sinal, de “caça às bruxas”, quando na verdade, parece-me ser obrigação de quem tem o poder da representação popular, ajudar a sua gente, na sua comunidade, a desvendar os fatos que originaram em grande parte, além da concentração de rendas do Governo Federal, a situação calamitosa dos municípios; incluindo, um dado a mais, numa denúncia que nós também já fizemos da tribuna, contra o Prefeito de Capitão Leônidas Marques, acrescentando, para sever que, generalizar, também não se deve, mas, são muitos os casos de corrupção:

Nós temos aqui, nobre Deputado, a Prefeitura de Capitão Leônidas Marques, o seu Prefeito tem um desconto de 8 milhões, 167 mil cruzeiros, em procurações empenhadas, e tem um retorno de apenas 6 milhões e 300 mil cruzeiros, de ICM. Sem condições, portanto, de pagar sequer a dívida empenhada! E veja bem:

As negociações de véspera de eleição - foi contratada a construção de uma cancha de esporte, pelo valor de 8 milhões e 550 mil cruzeiros, mas, multiplicado o coeficiente, por ORTNs, a Prefeitura já pagou quatro prestações e continua a dever 25 milhões, 347 mil, quando o preço era 8 milhões. Mas, o que é mais grave, no afogadilho da véspera de eleição, a construção desse módulo esportivo foi feita em cima de um terreno do CTG, que nem de propriedade da Prefeitura é, não tendo documento algum que garanta para o patrimônio público, a obra que lá foi feita.

Estes dados são importantes. Parabenizo-me com aqueles que têm coragem de, mesmo se expondo, levantarem esses dados, para que nós possamos moralizar o Poder Público como um todo. E a minha Esperança é que a Justiça realmente leve essa Auditoria para a frente, para que nós possamos, punindo aqueles que mal versaram o dinheiro público, servir de exemplo, inclusive para os nossos próprios Prefeitos que estão na Prefeitura, terem a certeza de que se deve gerir o dinheiro público, na certeza de que não é nosso mas, é o fruto do trabalho de uma comunidade inteira.

Meus parabéns, Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Agradecemos o aparte do meu companheiro Caíto Quintana, que veio enriquecer mais este nosso pronunciamento, e dizer também ao nobre Deputado, que, não foi só em Capitão Leônidas Marques que aconteceu de construir num terreno que não pertencia à Prefeitura. No Município de Nova Aurora, também foi construído um posto de saúde pelo Estado do Paraná em um terreno que não pertence ao Estado do Paraná.

Foi somente doado pela Prefeitura, mas não foi escriturado ao Estado do Paraná e no início deste ano foi levado um projeto à Câmara Municipal de Nova Aurora para que voltasse ao município este terreno, mas felizmente, os Vereadores daquela comunidade, cientes da responsabilidade que tinham, concordaram que permanecesse para o Estado o terreno doado pela Prefeitura. Nós, pelo que sabemos, até o momento, não foi escriturado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sem querer me transformar em censor da alma humana, mas como as acusações se generalizaram nesta Casa hoje, e para que conste dos Anais da Casa, ontem também o nobre Deputado Werner Wanderer trouxe aqui uma prova de corrupção contra um Prefeito recém-eleito pelo PMDB. Veja Vossa Excelência, que começou mais cedo do que o Paraná espera dos atos e provas de corrupção, elementos de vosso partido. Então, essas coisas realmente acontecem. É preciso que a justiça, é preciso que homens como Vossa Excelência e como o Deputado Werner Wanderer tenham efetivamente a coragem cívica de fazer essas denúncias e exigir efetivamente a punição dos culpados.

Veja o Prefeito de Formosa do Oeste. Simplesmente surruiu 85 mil cruzeiros dos cofres públicos municipais daquele município. São as acusações comprovadas que vieram a esta Casa, ontem. Antes de ser Prefeito, imaginem em quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência comunica o orador que se encontra na tribuna, que

seu tempo está esgotado. Concede-lhe mais um minuto para a conclusão.

O SR. SABINO CAMPOS — Agradeço o aparte do Deputado Erondy Silvério e queria esclarecer que não são 86 mil, mas 89 mil cruzeiros e, se realmente for comprovado, nós também daremos o nosso apoio, porque não concordamos e nunca concordaremos com a corrupção, em qualquer lugar que ela esteja.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência registra, com satisfação, a presença, em plenário, do Sr. Albino Scolaro, que se faz acompanhar do vice-Prefeito Gentil Giacomini, da Prefeitura de Chopinzinho.

Consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Realmente, Sr. Presidente, nós brasileiros estamos vivendo em um mundo surrealista. Enquanto o Governo, ditatorialmente, como sempre, passa por cima de sua própria lei, determinando o reajuste da casa própria em cento e trinta por cento, o seu partido, o PDS, faz um acordo espúrio com o PTB para consagrar a vagabundagem nesta terra.

Mas não faz menos de seis meses que este mesmo Governo, ao aceitar as imposições do FMI dizia que era preciso trabalhar mais?

Como pode, agora, propor à Nação esta vergonha nacional que é a redução da jornada de trabalho para sair da crise?

Que surrealismo é esse, Srs. Deputados, de diminuir a jornada de trabalho para pagar a dívida?

Realmente é chocante e estarrecedora a falta de compostura dos Ministros da área econômica. Será que não passou pela encanecida cabeça do Ministro do Interior, algumas perguntas como estas, antes de fixar o reajuste de cento e trinta por cento das prestações do BNH?

O Coronel Mário Andreazza poderia ao menos, inquirir a sua assessoria, para saber o porquê que milhares e milhares de brasileiros não pagam em dia as suas prestações de casa própria; por que outros tantos milhares deixaram de pagar em dia e não mais conseguiram continuar pagando; porque as Cohabs, os Inocoops estão com milhares de casas desocupadas e não conseguem vender.

Por que, Sr. Presidente, milhares de chefes de família, em desespero de causa, preferem invadir terrenos e casas, pertencentes ao patrimônio público e particular, ao invés de entrarem na fila da casa própria?

É evidente, Srs. Deputados, que por mais incompetente que alguém possa ser, sempre se indagará destas questões, como deve ter se indagado o Ministro Andreazza.

Por que então fixar um reajuste acima das correções salariais, quando se sabe que milhões, por estarem desempregados já não têm nem mais salário?

Alegam agora alguns serviços do Governo, que o aumento da casa própria, a intolerável taxa de cento e trinta por cento, visou apenas garantir a remuneração das cadernetas de poupança.

Eu pergunto, e daí?

Qualquer que seja o aspecto que se analise o atual modelo econômico, é difícil ou impossível não detectar de plano a sua inviabilidade.

Basta lembrar, Sr. Presidente, que no final do ano passado, portanto a menos de seis meses, esse mesmo Governo que entre o escândalo da Capemi e o caso Baugarten, prometia e assumia com o FMI o compromisso de manter a inflação no patamar de setenta por cento.

Ou não foi este mesmo Governo que prometeu coibir os abusos das altas taxas de juros, que espantosamente superaram a casa dos quatrocentos por cento ao ano, arrancando a interrogação do Presidente, de "como é possível suportar isso?", num bilhete ao Ministro Delfin Neto?

O fato inquestionável, é que com o reajuste de cento e trinta por cento nas prestações do BNH, o Governo também entrou na disparada das taxas de juros, que ele jurou solenemente diminuir, chegando a ameaçar os bancos com a estatização, via projeto de lei, apresentado estrategicamente no congresso e logo retirado, como se tivesse cumprido a sua missão ameaçadora.

É extremamente difícil hoje, dentro e fora do Governo, encontrar alguém, a não ser esse intocável ministério, que defenda a viabilidade do atual modelo econômico.

Mais difícil ainda é entender, como se pode justificar que a redução da jornada de trabalho é a saída para a crise que vivemos. Nenhuma nação do mundo conseguiu esta proeza, de aumentar as suas riquezas diminuindo o trabalho. É evidente que a Alemanha Ocidental, o Japão e a Inglaterra pretendem superar as dificuldades econômicas que enfrentam, aumentando a jornada de trabalho.

Como então aceitar como válida e razoável esta proposta absurda que propõe a vagabundagem como virtude de um povo? O desemprego é apenas um sintoma e não a causa real da crise, que é derivada deste modelo econômico que aí está. E o Brasil só conseguirá se recuperar como país livre e soberano, quando a sociedade civil e o conjunto da população conquistarem as alternativas de política econômica que todos reclamam.

O que gerou a inflação, o desemprego e essa monstruosa dívida externa, foi o modelo autoritário que aí está. Foi esse modelo que nos colocou de joelhos, como pedintes diante do FMI e dos banqueiros internacionais, numa afronta permanente à soberania nacional. Foi este modelo, Srs. Deputados, que não consegue manter um programa de austeridade pelo curto prazo de seis meses, e aí está o FMI dizendo que não vai mais nos socorrer, porque o Brasil não honrou os compromissos que assumiu.

Como é possível, homens que se dizem nacionalistas e defensores do interesse público, justificarem a redução das horas de trabalho?

Os mesmos homens que hoje defendem a redução da jornada de trabalho, como justificativa para combater o desemprego, ainda ontem defendiam a "apertar o cinto" como saída.

E são esses mesmos homens que, hoje, para obterem uma maioria que subordine o congresso aos interesses do executivo, diziam ontem, que todos os males que enfrentamos eram provenientes do preço do petróleo.

Hoje, porque o preço do petróleo está em baixa, constantemente, já não sabem mais ao que atribuir a crise. E para culminar, inventaram esta fórmula "milagrosa" de parar o trabalho para resolver a crise. Uma fórmula que não será levada a sério pelo povo brasileiro e que evidentemente não resolverá absolutamente nada.

O que esta infeliz medida pode determinar, é o agravamento da crise, isto sim, é bem fácil de ser deduzido, porque a empresa particular tem como meta a baixa dos custos e para fugir da mão-de-obra mais cara, já que empregado vai trabalhar menos e ganhar mesmo, fatalmente a empresa, apelará para a máquina,

modernizando cada vez mais suas atividades e em consequência, gerando mais desempregos.

Para concluir, basta lembrar como é instável este Governo, que pouco tempo atrás tinha "slogans" como este: "Trabalhe e não fale em Crise."

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, por dez minutos, o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Afirmava ainda há pouco o Deputado Erondy Silvério, que generalizamos quando afirmamos que os Deputados do PDS estariam boicotando recursos para o Paraná, na esfera federal.

Quando afirmamos Deputados do PDS, é claro que não estamos fazendo referência a todos os Deputados do PDS. Mesmo porque, a nota veiculada fartamente pela imprensa, dava conta de que este quadro, de fato, apresentava todos os indícios que justificavam a participação de alguns Deputados do PDS como por exemplo, Norton Macedo, como a participação do próprio Sr. Saul Raiz, segundo dados veiculados pela imprensa que, através do Ministério do Planejamento, tentaram formas inaceitáveis pelo Governo do Estado, em termos de recursos de 150 milhões de dólares, que através do Banco Mundial seriam destinados para os pequenos e sem qualquer exagero, insolventes municípios do Paraná, com população até 50 mil habitantes.

A carta de intenções que seria mandada pelo Ministério do Planejamento, simplesmente não chegou a se concretizar. Pretende o Governo Federal, sem dúvida, acarretar humilhações ao Estado, até mesmo numa estrutura em que o Estado participa com maioria de recursos, quais sejam o montante daqueles que viriam de encontro em atendimento às necessidades mínimas dos pequenos municípios do Paraná, ora em estágio precário, premente, de mendicância até, em termos de resposta àquilo que é de mais elementar, àquilo que é sobremaneira primário.

É claro que concordamos plenamente, quando reconhecemos que em todos os partidos existem pessoas honestas e desonestas; pessoas responsáveis e irresponsáveis; pessoas com credibilidade e com falta de credibilidade.

Daqui a alguns dias, estaremos vendo a conclusão, por exemplo, de um desfecho. Afirmamos nesta tribuna, que a COHAPAR paranaense, esta que estamos solicitando que venha configurar também em termos rurais, que se dedique a construir casas populares rurais, para fixação do homem do campo.

Afirmávamos desta tribuna que, no passado, ainda recente, antes de 15 de novembro, irresponsavelmente, a COHAPAR autorizou à empreiteira, construções de casas, sem ter antes autorização do BNH.

Apontávamos alguns exemplos, como a Construtora Vale do Piquiri, e ainda hoje tivemos em nosso Gabinete a visita de um empresário que aplicou 300 milhões de cruzeiros em construções autorizadas pela COHAPAR e só depois é que foi notar que a COHAPAR não tivera autorização do BNH, estando agora, portanto, em prejuízo, sendo debitado ao empreiteiro, no caso; uma é de Maringá, que não tem, de forma alguma, condições de arcar com a falta de responsabilidade de pessoas, que não souberam conduzir-se bem à frente

de um órgão público, de tanta importância, como é a COHAPAR.

É por isso que enfatizamos: a coisa pública tem que ser tratada com seriedade. Daqui a alguns dias, teremos "listas tríplices" nos colégios do Paraná; eleições combatidas e polemizadas.

E quero deixar bem claro que sempre afirmei desta tribuna, não só como Deputado mas também como professor que sou, que a estrutura dessas eleições está impregnada de imperfeições. Estão sim.

Se nós formos perguntar a Deputados aqui presentes, pode acontecer até mesmo de um Deputado não saber o nome dos professores de seus filhos (saí da escola ontem, praticamente), e entendo que precisaríamos preparar pais e alunos, através de encontros com professores, para que eles melhor pudessem se expressar e conduzir-se, em termos de escolha. Já afirmei que sou favorável à eleição direta, sim. Jamais omiti tudo aquilo que pessoalmente considero falho e que não deveria acontecer, ainda que mesmo esses fatos sejam do Governo do PMDB, porque, acima de tudo, antes de quaisquer compromissos, temos os compromissos com a verdade, com as pessoas que nos votaram. Temos compromisso com o povo que espera coerência de nossos atos.

Entretanto, não podemos aceitar, de forma alguma, insinuações, pregações, reformas imediatas de quem nunca teve a coragem de pedir, até mesmo esta imperfeição que é a "lista tríplice", quando foi governo.

É por isso que registramos acusações como aquela do Deputado Airton Cordeiro, quando dizia que a eleição era uma farsa. Como professor que fui, acompanhamos Comissões até esta Casa, em que pedíamos ao PDS de então, que nos concedessem a lista tríplice e jamais esta lista tríplice foi concedida.

Reconhecemos, portanto, que primeiro se deve agir quando se tem condições, pelo menos, para depois, se tentar colocar algo melhor, porque não adianta falar, não adianta pregar, quando temos a oportunidade de provar através de atos, simplesmente nos tenhamos omitido, nos tenhamos recusado em termos de prodigalizar até aquilo que no mínimo foi a nível de atendimento a uma classe, como é a do magistério paranaense.

Srs. Deputados, nós, que estamos a pouco tempo assistindo de perto, as dificuldades que um governo recém-instalado está enfrentando, sabemos sim, que os erros são afetos a qualquer pessoa; sabemos que é errando que se aprende; sabemos que a vida é um aprendizado constante; sabemos que a lista tríplice pode ser imperfeita, mas farsa, não é. É, certamente por falta de debate, acima de tudo, nós que prezamos o respeito ao Legislativo.

Não sei porque "cargas d'água", mas uma matéria desta natureza, é claro, que deveria passar pelo debate dos Deputados e não passou. É uma falha, mas entre uma falha e uma hipocrisia ou uma farsa, há uma diferença muito grande, porque, apesar dos pesares, foi trabalhada com retidão de intenções. Foi proclamada com bons propósitos. Estas falhas representam aquele aprendizado tão necessário, indispensável para o aperfeiçoamento de qualquer processo democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é portanto dentro deste espírito, fundamentalmente caracterizado pela autonomia e pela independência, pelo respeito, por aceitar falhas, quando ocorreram, apontá-las, criticá-las, sem qualquer sombra de medo ou de dúvidas, que queremos marcar aqui a nossa posição, enfatizar o nosso compromisso, sumário, definitivo, integral e pleno, com aqueles que de nós esperam um apoio, uma palavra amiga, um gesto fraterno nesta caminhada difícil, neste momento grave pelo qual todos estamos passando a nível de economia, de um Paraná

castigado por tantos e tantos problemas.

Desta forma, portanto, entendendo que Deputado do PMDB é fundamentalmente um trabalhador, um batalhador da autonomia, que registramos aqui as nossas palavras, as nossas colocações e a explicação que entendemos válida, com relação a recursos que não estão chegando ao Paraná, tão sofrido, de nossos dias.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso dos dez minutos restantes.

Com a palavra o Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para falar de um assunto já abordado nestes últimos dias, por alguns colegas de bancada:

(Lê): "O PROBLEMA DA CASA PRÓPRIA.

Aparentemente, é bater na mesma tecla... Mas não se trata bem disto. Aqui foram feitas críticas, o que trago agora é mais do que uma denúncia, é a condenação do BNH, a condenação do Ministro do Interior, Coronel Mário David Andreazza.

Condenação porque a medida que o BNH vai adotar para receber as prestações dos mutuários do malfadado Sistema Financeiro da Habitação, é um verdadeiro CRIME. Um crime social, um crime contra o trabalhador. Este crime não terá seu efeito sentido logo. O resultado danoso será sentido mais tarde, quando certamente, homens como Andreazza já não mais estarão no Poder, para que a opinião pública venha fazer a devida cobrança. Deus queira que estejam no mais digno e merecido ostracismo.

O Sr. Mário Andreazza — infelizmente um presidenciável — vem de público estimular, induzir, quase que obrigar o trabalhador a fazer uso do FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO para pagar as prestações da casa própria.

Será que o Ministro sabe, exatamente, para que fim se destina o Fundo de Garantia?

Deve saber... mas para ele, para o seu banco, de habitação não importa o drama que o trabalhador vai sofrer na velhice. O que interessa é cobrar, é receber. O que interessa é que o BNH não deixe de arrecadar, para cobrir as mordomias e as despesas, com suas sedes suntuosas.

O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO é um problema crônico. É mais um dos tantos programas impostos pelo arbítrio e pela tecnocracia que nos domina a quase duas décadas.

O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO é mais um desses monstros que vimos sair dos satânicos laboratórios oficiais, um verdadeiro devorador do minguado orçamento dos brasileiros, que acreditaram na honestidade de propostas de seus criadores.

A maldição do BNH começa quando o trabalhador compra a sua casinha, de baixíssima qualidade, diga-se de passagem. Essa maldição vai acompanhar o trabalhador até a morte, mesmo que ele tenha devolvido o imóvel. Aliás, devolver, não, o BNH toma de volta para vender para outro.

Quando começa a pagar as prestações, o mutuário sente que o negócio não é bem aquilo que prometeram. Percebe que caiu no conto do BNH. Mas o remédio é ir tocando. E ele vai pagando como pode.

Chega a um ponto que acaba o orçamento, então ele começa a vender os trens de casa para pagar a prestação. Mas não satisfaz o monstro, que é por natureza, insaciável.

Sem dinheiro e sem o que vender de dentro de casa, o pobre mutuário começa a cair em desespero. E o monstro,

mimado pelo Coronel Andreazza, quer mais e aponta: "Quero o Fundo de Garantia". O mutuário vai lá e o próprio banco facilita tudo. Ele nem dá o dinheiro, o BNH já pega direto do agente financeiro.

Acontece que o dinheiro do fundo não é para o BNH, é para acudir o trabalhador na velhice, na aposentadoria. Mas o monstro do Coronel não quer saber de nada...

Ocorre que alguns dias depois de dar o Fundo de Garantia para o BNH, o trabalhador PERDE O EMPREGO. Depois de 5, 10, 15 anos de serviço, fica na rua. Não conseguirá outro emprego. Como era optante do Fundo, não tem direito a indenização.

Depois de dar o seu ordenado, o dinheiro da comida, do remédio, da escola e da roupa de seus filhos; depois de dar as economias que tinha, depois de entregar os objetos de casa; depois de dar, de mão beijada, a reserva do Fundo, acumulada durante anos, o mutuário chega à conclusão que não pode mais continuar com a casa popular, que comprou.

Esse coitado é aquilo que o BNH chama, no eufemismo, técnico, de INADIMPLENTE.

O que acontece, então? O BNH toma o imóvel mediante processo judicial para depois vendê-lo em leilão. E o mutuário perde, não só o imóvel, mas tudo o que já havia pago ao insaciável monstro que foi, pela primeira vez, amamentado pela dona Sandra Cavalcanti, de triste memória...

Mas não é só isso que o trabalhador perde. Ele perde também o crédito e a dignidade, pois nos cartórios ele passa simplesmente a ser um SAFADO, NÃO HONROU SEU COMPROMISSO. Ele passa a ser um CALOTEIRO, VELHACO, MAU PAGADOR, INDIGNO DE CRÉDITO, indigno de tudo.

Ele não mais terá crédito sequer para comprar uma agulha.

Agora eu pergunto; Srs. Deputados, ISSO TEM OUTRO NOME QUE NÃO SEJA "CRIME HEDIONDO"?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Brasil está quebrado, o Brasil não tem liquidez.

Vamos a uma breve análise: por que ocorrem esses problemas na área do programa habitacional? Por que a prestação aumenta assustadoramente? Tudo isto, porque a inflação é ultra galopante.

Isso é uma decorrência da própria ação do governo que alimenta e realimenta a inflação. Há um nebuloso interesse nisso tudo. A inflação alta, evita ao governo de ver o Brasil "quebrar" de vez, em 24 horas. É isso mesmo, e é muito simples de entender.

Os depósitos do FGTS chegam hoje a oito trilhões de cruzeiros. As cadernetas de poupança, têm mais de quatro trilhões e meio, e alguns analistas dizem que o saldo deve estar em seis trilhões. De qualquer forma, é uma soma considerável.

Por que o governo não utiliza tais recursos para incentivar a atividade econômica, principalmente nas áreas onde eles podem ser aplicados, como na construção civil, por exemplo?

Simplesmente porque o Governo não tem esse dinheiro, só tem o papel, é uma fatia da dívida interna, pior que a externa. Por isso, há o estímulo para que tais recursos não sejam solicitados pelos seus detentores legítimos.

Como evitar uma corrida em massa às cadernetas, senão com a ilusão dos rendimentos, que no fundo é apenas a correção do valor?

O que aconteceria hoje, se a inflação caísse a ponto de as cadernetas produzirem o chamado rendimento de, digamos, 8 a 11 por cento no trimestre? Saque geral...

E de onde o governo iria tirar dinheiro para sustentar a febre do saque?

O governo está na situação daquele Tomador que administrou mal o capital e agora prefere pagar um juro atraente, para não ser obrigado a restituir um dinheiro que não mais possui. Os recursos da poupança deveriam estar rendendo, pela sua eficiente aplicação, pela boa gerência do bolo; mas como houve má gerência tem que pagar seu custo na base inflacionária. A ilusão que o poupador tem é que quanto maior a inflação, mais ele ganha.

É preciso dizer também, Srs. Deputados, que todos os recursos que deveriam estar na mão do público, sendo aplicados de forma produtiva, estão indo para o governo.

Ninguém, nesta quadra de sombrias incertezas, quer se arriscar a fazer o seu capital produzir, porque os riscos são enormes e não há incentivo e nem estímulo oficial.

Este é um dos males de nossa economia, que é um misto de capitalista e financista, mais para esta do que para aquela.

Depois de devorar, de açambarcar a poupança do povo, o governo quer tomar para si também a poupança forçada, que o trabalhador faz através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Esta é a intenção do BNH, por inspiração dos técnicos, sob o comando do Coronel Andreazza.

Pessoalmente, não creio que trabalhador algum, que esteja "pendurado" no BNH, tenha grande coisa do Fundo para se socorrer, pois a cada vez que perde o emprego, o trabalhador saca o Fundo para sobreviver, até encontrar um novo emprego... quando encontra.

De qualquer forma, é uma crise, e temos — todos nós aqui presentes — a sagrada obrigação de denunciar este "assalto" ao trabalhador, mutuário do BNH".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente na tarde de hoje, algumas manifestações relacionadas com o problema das enchentes em nosso Estado e embutidas nessas declarações, afirmativas de que Deputados do partido a que pertenço, estariam boicotando a liberação de recursos para atendimento dos municípios paranaenses, e, conseqüentemente da sociedade que vive e trabalha neste Estado, que tem passado por dificuldades muito sérias nesses últimos dias, em função da perda de grande parte das safras agrícolas.

Já falou o Deputado Erondy Silvério, que a generalização tão adotada ultimamente por ilustres oradores do PMDB, é inaceitável, porque o PDS possui em seu meio, homens dignos e honrados. Se há alguns que merecem ser apontados como menos dignos, sejam indicados por aqueles que ocupam a tribuna, para que nós outros possamos tomar as devidas providências a nível partidário, ou mesmo a nível parlamentar.

O que não fica bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a insistência em jogar a bancada do PDS ou os homens do PDS, como se nomes não tivessem, numa mesma situação de condenação comum.

Espero do nobre Deputado Tadeu França, que ocupou a

tribuna nesta tarde, que indique quais os Deputados que boicotaram ou que estão boicotando ou que estão tramando nos palácios, usando a sua própria afirmativa, contra o Paraná. Sou Deputado do PDS e ao ouvir a expressão "Deputados do PDS", sinto-me também atingido, e não posso aceitar, em hipótese alguma, tal envolvimento.

Lembro-me, outrossim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de muitas votações que foram feitas aqui nesta Assembléia Legislativa, especialmente no período de Governo de Jayme Canet Júnior, quando se votavam pedidos de empréstimos para construção de rodovias, ou pavimentação de rodovias.

A bancada da oposição da época, em algumas oportunidades, unanimemente tomou posição contrária a esses empréstimos.

Jamais acusei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de procederem a boicotes contra o povo paranaense. Respeitei as posições políticas e compondo a maioria na Casa, ajudei a aprovar aquelas solicitações. As obras foram executadas e ajudaram na campanha de José Richa, porque, quando Jayme Canet foi aos palanques no interior do Estado, dizer ou lembrar de suas obras, indiretamente estava manifestando a sua condição de bom Governador. Para sua administração contou com efetivo apoio da bancada aqui na Assembléia. Não a bancada do PMDB, é bom que se diga. Nem por isso estou dizendo que a bancada do PMDB boicotou os interesses do Paraná.

Devo lembrar que houve, sim, quem boicotou os interesses do Paraná. Refiro-me especialmente ao Senador Dirceu Cardoso que insistentemente no ano passado, solicitou verificação de votação no Senado quando se votou o pedido de empréstimo, este mesmo que está agora na Mesa das Decisões do Banco Mundial e que tem sido abordada pelo governo paranaense.

Sim, o referido Senador boicotou os interesses do Paraná e não se ouviu, diga-se de passagem, a voz do Senador paranaense reclamando de seus companheiros peemedebistas, a presença, para unidos a Senadores do PDS que se fizessem presentes, dessem o quorum para votar este pedido de empréstimo para o seu Estado do Paraná.

Não disse que os senadores paranaenses boicotaram, poderia ter dito, mas procuro desenvolver um trabalho norteado por ética parlamentar.

Creio ser o momento da adoção de posições definidas nesta Casa. Se há alguém que deve ser acusado, que o seja, e que tenha o direito de defesa, segundo os postulados do Direito.

Se aquele que foi acusado não conseguir mostrar em sua defesa a improcedência das denúncias, das acusações que lhe foram feitas, tomem-se as providências, mas não fique uma bancada toda, um partido todo, simplesmente acusado por uma forma de retórica.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França — Nobre Deputado, longe de nós, incluir Vossa Excelência entre os Deputados do PDS a que fazíamos menção.

Sabemos da sua retidão de propósitos, só que gostaríamos de aproveitar exatamente esta retidão de propósitos para conversar com alguns, eu fui bem claro, ainda há pouco, quando afirmei, alguns Deputados, não estaduais, federais da Bancada do PDS.

Por exemplo, Norton Macedo, que eu citei, Renato Johnson. Inspirou-se o prazo em que deveria ter chegado uma carta de intenções pelo Ministério do Planejamento ao Banco Mundial para se ir em socorro dos municípios do Paraná, colocou o Ministério em posição que o Governo não pode aceitar, tramitação pela SUDESUL de porta em porta dos Ministérios e mesmo porque aquilo que é tramado ao pé do ouvido, muitas vezes temos a certeza pelas conseqüências, mas é muito difícil de se comprovar por escrito ou materialmente aquilo que se trama com visível objetivo de prejudicar.

Mas eu pediria a Vossa Excelência, que é um Deputado honrado e bem intencionado, que fosse investigar aquela denúncia do Deputado Olivir Gabardo, divulgada pela imprensa, que verificasse com sua firmeza e com seu desvelo e dedicação, ao Paraná, fosse buscar, conversar ao nível de bancada, para que estes Deputados, ao invés de propiciar um retardamento, antecipassem recursos ao Paraná.

Vamos a alguns nomes que nos bastariam para talvez modificar o quadro, o próprio Saul Raiz que eu citei, Norton Macedo, Renato Johnson, Joaquim dos Santos Filho, seriam alguns nomes com os quais daria para se começar a pedir uma revisão de posições em termos de não se cobrar do Governo do Estado aquilo que ele não pode cumprir, como exigência de transferência de recursos para o sofrido Estado do Paraná.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Perguntaria ao nobre Deputado

Tadeu França, se tem conhecimento dos termos do diálogo mantido pelos Parlamentares mencionados, juntamente com Saul Raiz, com o Ministro do Planejamento, e se tem conhecimento dos termos, quais foram os resultados do diálogo mantido.

O Sr. Tadeu França — Nobre Deputado. Como eu dizia, aquilo que se fala, oralmente, para se dificultar, nós medimos através das conseqüências. Mas posso dizer até informalmente a Vossa Excelência, o próprio Governador do Estado encontra-se decepcionado e preocupado com esses fatos, cujas conseqüências, cujos indícios são facilmente perceptíveis. Claro que não temos em mãos uma comprovação escrita, porque muito bem sabem iludir aquelas pessoas que querem iludir.

Entretanto, temos, da própria esfera federal, o referencial que aqui já foi apontado, e esse referencial que está acompanhando, e que não só acompanhou, e que denunciou pela imprensa os fatos, é o próprio Presidente do PMDB, Deputado João Olivir Gabardo.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Nobre Deputado. Pelo que percebo, Vossa Excelência se baseia em hipóteses. Como Sua Excelência o Sr. Deputado Olivir Gabardo baseou-se em meras hipóteses.

Informo a Vossa Excelência que procurei saber se, efetivamente, o Engenheiro Saul Raiz esteve em visita ao Ministro do Planejamento, e se outros deputados do PDS lá estiveram.

Recebi resposta afirmativa, mas soube que o objetivo da audiência foi para solicitar, Deputado Tadeu França, a liberação dos recursos.

Hoje uma solicitação, em especial, por parte do autor do projeto, Saul Raiz, no sentido de que efetivamente fosse executado o projeto conforme foi concebido.

Achamos, aliás, inteiramente justo o pedido, para que não haja discriminação política em relação a municípios. É oportuno lembrar que quando aquele projeto foi elaborado, a maioria dos mesmos estavam sendo governados por políticos do PDS; e hoje estão sendo governados por políticos do PMDB.

Foi solicitar a execução de um projeto sério, executado durante dois anos de trabalho por uma equipe competente, séria e imparcial, da qual muitos elementos fazem parte da equipe da Secretaria de Planejamento do Governo José Richa.

Reafirmo que, efetivamente, o PDS está interessado na vinda desses recursos, para os municípios paranaenses.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, pela ordem.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado Losso, inicialmente cumprimentando-o pela colocação que faz. E colocou muito bem quando fez referência à Oposição, em épocas anteriores, quando tentavam impedir liberação de recursos para o Paraná, votando contrariamente. Tenho certeza

que a nossa bancada jamais votará contrariamente a qualquer medida que venha beneficiar o nosso Estado.

É preciso que se lembrem que até 15 de novembro, o povo ouviu muitas críticas, muita promessa. De 15 de novembro para cá, mudou. O povo entendeu, achou que a Oposição deveria assumir o Governo. É preciso que assuma, na realidade, é preciso que comece a fazer alguma coisa, porque não é mais tempo de continuar debitando a alguém, querer debitar aos Deputados do PDS, generalizando, querendo boicotar recursos ao Paraná. Em absoluto.

Tenho certeza que todos os Deputados têm interesse, porque sabemos, e o próprio Governo disse, há poucos dias, num programa de televisão, que não aceita a co-gestão da SUDESUL.

Existe um programa elaborado pelo ex-Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Saul Raiz. Temos interesse que esse programa seja cumprido, mas poderia, se o Governador tiver interesse, que encaminhe a esta Casa, porque somos Deputados, e muitas vezes nos é debitada muita coisa, mas nunca sabemos daquilo que se passa e aquilo que se pretende fazer, porque o Governador não relaciona os municípios até 50 mil habitantes, nome do município e o quanto deverá destinar a cada um, em parcelas, para que todos os municípios, ao receber uma parcela, recebam todos igualmente e ao mesmo tempo. Não uma parcela igual proporcional à sua população, mas dividido em parcelas e recebam ao mesmo tempo.

Que encaminhe a esta Casa, para que possamos também nos manifestar. Não é querer dizer que estamos impedindo. Nenhum Deputado, tenho certeza, — e os Deputados que vi quando descia, vindo para o plenário, mencionaram o nome de Renato Johnson, Norton Macedo, são Deputados que têm dedicado, em favor do Paraná, e tenho certeza que eles querem a liberação dos recursos, mas querem que seja cumprida aquela programação que está lá, feita. E se o Governador achar que não é boa a programação, que deve ser alterada, esta Casa está aqui para ajudar, que encaminhe para cá, estamos prontos a gestionar, como mencionei desta tribuna e mencionei, meu caro Deputado, o seguinte: há poucos dias o Governador foi a Chapecó, convidou-me através do Deputado Fuad Nacli, que me ligou às 21:30, dizendo que havia o convite da Casa Civil para irmos a Chapecó, e que ele tinha tentado entrar em contato com o nosso Líder, Luiz Alberto Martins de Oliveira, mas que não teve condições de comunicar, não tinha o telefone ou endereço do Líder, ou vice-Líderes de nossa bancada, e por isso pediu ao Deputado Fuad Nacli que fizesse o contato.

Mas esse ônibus, meu caro Deputado, sairia às 22:00 horas, meia hora antes, recebi a comunicação. Pedi ao Deputado Fuad, como mencionei da tribuna, que se ele tivesse condições, que fosse, que representasse a bancada, uma vez que eu tentei falar com o Deputado Luiz Alberto e ele não se encontrava, pedi que ele fosse, porque eu não teria condições de sair de casa com meia hora de prazo.

Isso é um convite para não ir. Ou era desorganização da Casa Civil.

Por isso, mais uma vez, reafirmamos a nossa disposição em ajudar para que o Paraná, principalmente neste momento difícil, neste momento de calamidade em vários municípios, para que haja um entendimento e que o Paraná seja beneficiado. É hora de trabalho. Não adianta querer debitar quando o Governo começou a trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Gilberto Carvalho, que vem mostrar claramente a posição de nossa bancada, que é no interesse do Paraná.

Pode estar certo, o Sr. Governador, podem estar certos os membros da bancada do PMDB, que jamais nos furtamos e

jamais nos furtaremos a defender os interesses do nosso Estado, pois aqui estamos para representar o pensamento do povo paranaense, povo do qual fazemos parte e do qual as nossas famílias também fazem parte. Seria um contrassenso colocarmos-nos contra os interesses do Paraná, em função de um Governo que é transitório.

Por isso, nobre Deputado Tadeu França, coloco as suas afirmativas referentes aos Deputados Federais, aos quais conheço, entre aquelas baseadas na desinformação. Tem havido uma sintonia entre a Bancada Federal e a Estadual do País e tenho visto o grande interesse que eles têm demonstrado para que o nosso Estado não seja prejudicado na distribuição de recursos.

Concedo um novo aparte a Vossa Excelência, conforme solicitação.

O Sr. Tadeu França — Efetivamente o tratamento igual a administradores do PMDB e PDS é um fato que o Paraná passou a conhecer recentemente. Tem se afirmado muito que, jamais, houve boicote por razões político-partidárias.

Inúmeras comprovações nos dão conta de que não tem sido esta a tônica, e o próprio planejamento, a própria estrutura da então Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios, quando procurávamos saber de certas razões — sabemos perfeitamente que há muitas formas de se trabalhar um mesmo assunto — e a co-gestão da SUDESUL, apontada há pouco pelo Deputado Gilberto Carvalho, representa apenas um obstáculo, com autoria intelectual definida, que vem dificultar a solução para o problema no momento talvez o mais grave da História do Paraná.

Temos ainda, sem debitarmos a pessoa, mas à estrutura em si, recursos no passado foram negados a Prefeitos porque eram do PMDB. Apontamos, certa ocasião, um exemplo: o PROSAFRA, até o PROSAFRA foi negado.

A Prefeitura de Kaloré, uma região tão bem conhecida pelo Deputado Gilberto Carvalho — o Prefeito reside em Curitiba, pode vir aqui a qualquer momento — jamais recebeu recursos, porque chegando àquela Secretaria, a resposta era de que as portas estavam fechadas para ele.

Não pretendemos voltar ao passado, apenas queremos, sim, solução. E ficamos imensamente satisfeitos quando ouvimos afirmativas de que a bancada estadual do PDS jamais haverá de criar problemas, de criar quaisquer dificuldades para que recursos cheguem às populações carentes do nosso Estado.

Até hoje desconheço — mas vou procurar saber — por exemplo, até mesmo recursos daquela Secretaria, houve casos de devolução aos cofres públicos, que não entendemos até hoje.

Por esta razão, Sr. Deputado, os Prefeitos do PMDB e os Deputados do então MDB nem chegavam às Secretarias, que muitas vezes tinham as portas fechadas em termos de atendimento, hoje o tratamento, por pequeno que seja, por difícil e por crítica que esteja a situação do Paraná, os Prefeitos do PDS que aqui vêm, chegam às Secretarias, são atendidos pelo menos naquele mesmo nível em que são tratados os prefeitos do PMDB.

É por esta razão, Sr. Deputado, concluindo, apenas que eu o parabeno por externar essa boa vontade. Gostaria mesmo de estar redondamente enganado, de acreditar que o atraso nos recursos e na própria Carta de Intenções não foi tramado por quem quer que seja, apenas, dificuldades criadas.

Mas eu prefiro crer na posição externada por Vossa Excelência. Vamos juntos, sim, somando forças, construir um Paraná sem preconceitos, sem discriminação, mas somando esforços rumo ao que é de essencial, o atendimento ao carente. Obrigado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Meu caro Deputado, somente para

justificar. Quando o Deputado Tadeu França deu como exemplo o Município de Kaloré, ele bem poderá verificar na Secretaria dos Transportes, que hoje está nas mãos do PMDB, que em 1981 foi liberado o PROSAFRA. E posso dizer até, o que que foi liberado: 1.160 sacos de cimento, 600 mil em dinheiro e ferragens para a construção de uma ponte sobre o Rio Kaloré.

Essa ponte não foi construída, o cimento desapareceu, não prestou contas, por isto, em 82, não liberou recursos. Mas o dinheiro foi liberado em 81, e em 82 — eu até gostaria de ser convidado a participar, participar não, prestar depoimento nessa Comissão da Falência dos Municípios, para justificar o atendimento ao Município de Kaloré.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Então fica o assunto a ser visto. Onde está o cimento?

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Losso, Vossa Excelência traz no bojo do seu pronunciamento, que nós ouvimos e admiramos, que o Deputado Tadeu França está fora de órbita, porque o PROSAFRA foi dado para todos, inclusive, Deputado Losso, problema do dinheiro da Secretaria, dos Municípios, o nosso irmão hoje Deputado Hermas Brandão, recebeu do Governo Estadual por intermédio do Sul Saul Raiz, que é criticado, embora os dragões venham a nos hostilizar, as verbas que eram destinadas ao PDS e ao PMDB. Agora não vemos razão porque Sua Excelência venha nos criticar, vem com sua sanha a criticar os prefeitos do PDS, porque na nossa época, na boa época, diga-se de passagem, na época da vaca gorda, não havia discriminação.

Agora o Deputado Tadeu França vem fazer discriminação entre o prefeito do PMDB e do PDS. Hoje não existe nada. O Paraná é um todo. Precisamos lutar pelo bem estar do Paraná, procurar verbas federais para assistir aos flagelados, Deputado Losso, é isso o que o Deputado Tadeu França tem que estar sensibilizado.

Por isso os paranaenses, num bloco unido, procurarmos carrear verbas em benefício da nossa terra e da nossa gente. Agora, os falsos messias, como Vossa Excelência é um homem que entende da lição de Jesus Cristo, os falsos messias estão por aí. O Deputado Tadeu França está por aí a espalhar a discórdia, e nós queremos apenas que o Paraná, com o Governador José Richa, com as duas bancadas, dê sustentação às necessidades paranasistas sem falsa demagogia, e sem falso messianismo, e é isso, Deputado Losso, que nos traz, porque como dizia Rui Barbosa, “covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta”. Vamos lutar em benefício do Paraná e de sua gente.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, pretendíamos fazer um outro pronunciamento relacionado com o problema político, relacionado com a Secretaria de Segurança Pública, tomando por base um município que representamos.

No dia de amanhã retornaremos para abordar este assunto, quando poderão todos verificar que nem sempre o que se diz confere com aquilo que se faz.

Finalmente, conclamo a que todos nós, Deputados, busquemos sempre em alto nível buscar os melhores caminhos para que o próprio povo, aqui representados por nós, possa sempre confiar nesta Assembléia Legislativa e ver nela uma verdadeira caixa de ressonância dos seus mais legítimos anseios.

O tempo já está praticamente esgotado, e peço escusas aos prezados Deputados que solicitaram apartes, por não os ter concedido. Em outra ocasião espero contar com a participação de todos.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Atendendo solicitação do Sr. Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que haverá reunião da CCJ após a sessão plenária, com a presença do representante da OAB—Seção do Paraná. O local será a sala de reuniões.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 04/82, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Amigos do Centro Social Infantil Maria José Coutinho Camargo”, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 04/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO SOCIAL INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Osni Chaves de Cordova, ocorrido no dia 03 de junho, filho de tradicional família de Mandirituba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à Secretária da Educação, encarecendo que a Escola Castelo Branco, Ensino de 1.º Grau, no Distrito de Conciolândia, Município de Pérola do Oeste, seja transformada já para o ano letivo de 1984, em Escola Castelo Branco — Ensino de 1.º e 2.º Graus. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o DER, assuma a responsabilidade da conservação da estrada que liga Pérola do Oeste a Conciolândia. Km. 16, no Município de Pérola do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para início da Operação “Tapa Buracos”, na estrada que liga Goioerê a Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu

Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Superintendente do IPE, objetivando a instalação de uma agência do Instituto, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior, Presidente da COHAPAR e Presidentes das demais Cooperativas Habitacionais Paranaenses, apelando no sentido de que seja inaugurado no Paraná o Ciclo das Casas Populares Rurais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja transcrito nos anais deste Legislativo, o artigo publicado no Boletim Mensal da Associação Médica de Ponta Grossa. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná, com a finalidade de o Governo autorizar ao BANESTADO a criação de uma linha de crédito especial aos estabelecimentos comerciais e industriais, atingidos pelas chuvas que assolam o Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Federal, encarecendo apoio à luta desenvolvida pelos profissionais e estudantes de Farmácia e Bioquímica, em especial aos do Paraná, contra a aprovação do Projeto de Lei n.º 6717/82, de autoria do Senador José Lins, PDS, em tramitação no Congresso Nacional. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ramin Silveira, ocorrido no dia 15 de maio último, no Município de Castro. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Erlinda Gasparin, ocorrido no dia 06 de junho, nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lúcio de Oliveira Lara, ocorrido em data de ontem. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Romaniuk, ocorrido hoje, nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pérciles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR no sentido de ser ampliado as instalações físicas da Escola Estadual "Telêmaco Borba" - Ensino de 1.º Grau, no Município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pérciles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando a instalação de uma Agência do Banco do Estado do Paraná, na sede do Distrito de Ventania, no Município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Agricultura e da Indústria e Comércio, no sentido da proibição da venda da erva-mate verde (in natura) do

Paraná, para outros Estados da Federação. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando pedido de informações à Sra. Secretária da Educação e ao Sr. Secretário das Finanças, sobre a permissão de uso por parte do 4.º Núcleo de Ensino de Londrina, de um prédio localizado na Rua Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine, através dos órgãos competentes seja distribuído a quota de alimentos à Prefeitura de Bom Sucesso, para atendimento dos trabalhadores rurais volantes e famintos que já não mais resistem à fome decretada pelas chuvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, no sentido de que seja instalado junto ao prédio desta Assembléia, uma unidade volante ou fixa do DETEPAR — Departamento de Trabalho, que compreenda bolsa de empregos e de trabalhos domésticos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, sugerindo seja dado o nome de "Pedro Fávoro Cavalin" à Escola a ser inaugurada no conjunto habitacional do Município da Lapa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, no sentido de ser construído um conjunto de sanitários na Escola Gabriel Bertoni - Ensino de 1.º Grau do Complexo Escolar José Eugênio de Carvalho, no Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à COPEL, a aceleração nos trabalhos que estão sendo executados pela Companhia, no Bairro do Alecrim, no Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, apelando no sentido de ser doada uma ambulância ao Município de Ipiranga. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a liberação de uma verba de dois milhões de cruzeiros, para auxílio de pagamento de professores municipais que prestam serviços na rede estadual de ensino, no Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a reforma e construção de quatro novas salas de aula no Grupo Escolar Teofânio Agapito Maltezo, no Município de Cafelândia do Oeste. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Ministro do Interior, apelando no sentido de que seja decretada situação de emergência na atividade agrícola nos Estados assolados pelas chuvas, sustando-se, de imediato, o

vencimento das dívidas existentes, mediante congelamento do capital emprestado e sustando-se juros e outros encargos financeiros. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a criação de um grupo de trabalho para promover estudos relativos ao Projeto de Reflorestamento das margens das rodovias estaduais, formado por representantes da Secretaria da Agricultura, do Instituto de Terras e Cartografia, Secretaria de Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem, Secretaria de Justiça, Secretaria do Interior e COPEL. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo liberação de verbas para a recuperação da cancha de esportes na sede do Município de Iretama, bem como para aquisição de materiais esportivos para a cancha da sede e dos Distritos de Marilu e Água Fria, naquele município. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 104/82.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 07 DE JUNHO DE 1.983.

“O COOPERATIVISMO MÉDICO EM DESTAQUE IPE FAZ CONTRATO COM UNIMED DE PONTA GROSSA

No dia 19 de maio o Instituto de Previdência do Estado - IPE, fechou contrato com a Unimed de Ponta Grossa que, a partir de 1.º de junho, passará a oferecer assistência médica a seus previdenciários. É uma iniciativa inédita no Estado e mesmo a nível nacional, o fato de um órgão do governo transferir a assistência médica a um órgão privado, deve ser objeto de uma análise mais apurada do que o que mereceria simplesmente mais um contrato da Unimed. Deve-se elogiar, primeiramente, o espírito democrático da nova Superintendência, que na pessoa do Sr. José Faria Ratton, Superintendente, e Leczy Mattos, coordenador local, reuniu alguns médicos de Ponta Grossa, entre os quais membros da diretoria desta Associação, para discutir possíveis novos caminhos para a assistência médica do IPE. Não vieram com as resoluções prontas. Vieram discutir. Vieram ouvir. E quando levantou-se esta hipótese da

Unimed assumir o IPE a aceitação foi geral, como o de uma experiência, se bem sucedida, a ser abrangida para todo o Estado. E desde que se respeitem os princípios elementares do cooperativismo ela tem tudo para ser bem sucedida e inclusive servir para uma análise mais profunda de uma opção, senão nova, pois o cooperativismo médico já tem 15 anos no Brasil, pelo menos viável e definitiva para o atual impasse da assistência médica do País.

O cooperativismo médico no Brasil foi criado em Santos, em 1.967, e atualmente já existem mais de 110 cooperativas de trabalho médico em funcionamento. Seus princípios básicos são a preservação da liberdade de livre escolha, onde se dá ao paciente a possibilidade de “seleção entre alternativas” e ao médico, de acordo com sua capacidade ou com os valores sócio-psicológicos, do paciente, ser procurado um maior ou menor número de vezes, e receber mais ou menos de acordo com isto. Procura-se uma situação econômica viável dentro da preservação de uma condição ética indispensável ao exercício da medicina.

Entre a teoria e a prática as distâncias são variadas. Existem cooperativas médicas de amplo e total sucesso em um extremo, e algumas geradoras de absoluta insatisfação, no outro. A nossa direção para este ou aquele lado parece depender do nosso grau de motivação e do nosso perfeito conhecimento dos princípios e das necessidades do cooperativismo. A história nos mostra que as grandes transformações geradas pelo movimento cooperativista mundial decorreram da perfeita identificação entre os cooperados, o que fez Charles Gide dizer que “a origem do cooperativismo está nas entranhas do povo e não no cérebro de qualquer sábio ou reformador social.” Não é suficiente que um pequeno grupo de médicos, que em geral vão constituir a diretoria, se reúna, estruture uma Unimed, convide os outros colegas para que se tornem também cooperados e funde a cooperativa. É fundamental que todos os cooperados (médicos) estejam realmente motivados e em conjunto levem, a cooperativa, ao caminho do sucesso.

A Unimed de Ponta Grossa, com este convênio já acertado, e outros em andamento, passará a ser responsável pela assistência médica de aproximadamente 10 por cento da população urbana do município. É perfeitamente possível que se aumente, a curto e médio prazo, de forma significativa, este percentual. A adequação da receita por previdenciário às reais necessidades da cooperativa, preservando remuneração justa e condições de trabalho dignas ao profissional da saúde e hospitais associados à boa vontade dos cooperados, constituem os requisitos fundamentais para isto.

E, num exercício mental mais profundo, podemos até imaginar as cooperativas médicas gradativamente assumindo parte do próprio atendimento oficial do INAMPS, que tem se perdido no emaranhado de seu próprio gigantismo burocrático, não oferecendo muitas opções para tentativas de soluções de seus problemas, mantido este atual gigantismo”.

Silvio F. Silva.